AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 33 | Nº 07 | JULHO 2013 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO

ECONOMIA NORTE-AMERICANA:

o efeito da recuperação econômica sobre os preços das *commodities*



"ACORDA BRASIL": a grande mudança

ESTUDO DE CASO: a cana-de-açúcar em Quirinópolis-GO

ETANOL VS. AÇÚCAR: balança pende para a produção de etanol

O agronegócio é o seguinte

Plano Safra 2013/14 satisfaz o agro

ESTE NÚMERO da ***Agroanalysis*** foge do tradicional e começa seu editorial chamando atenção para os movimentos sociais em curso. Tentamos mostrar que a classe média emergente, aumentada e que se comunica em rede, tomou as ruas pedindo novos valores para a nossa sociedade. Não se trata de um movimento político, no sentido tradicional, e nem de esquerda ou direita. Talvez, seja a hora da presidente Dilma Rousseff aproveitar o momento para tentar pressionar o Congresso a passar as reformas política, fiscal e orçamentária que este País tanto precisa.

Não imaginamos efeitos diretos dos movimentos para o setor agropecuário. O momento econômico global é de volta das aplicações financeiras para os Estados Unidos, em virtude da eventual elevação da taxa de juros e do reaquecimento da economia norte-americana. Com isso, todas as moedas emergentes perdem valor em relação ao dólar, o que pega o Brasil. Muito difícil dizer aonde vai parar o dólar. Mas, seguramente, não deveremos ter, ao final deste ano, um dólar menor do que 2,20 reais. Talvez, uma faixa segura, ainda que ampla, seja entre 2,20 e 2,50, até dezembro. Portanto, os preços da safra em reais serão bons, mas é preciso estar muito atento aos custos. Os juros não devem subir muito mais, e o crescimento do PIB será modesto, entre 2% e 2,5%.

Com a revisão na política monetária, o Banco Central (BC), aparentemente, começa a despertar para a dura realidade do quadro inflacionário brasileiro e os seus potenciais danos para a economia. A inflação resiste em torno dos 6,5% no acumulado do IPCA em doze meses. Isso tende a afetar de forma gradual as expectativas inflacionárias, elevando-as. Tudo indica que o quadro de inflação alta e transitória foi completamente abandonado por parte do Governo, dando lugar a uma crescente preocupação em termos do comportamento da dinâmica inflacionária no País.

No agro brasileiro, tivemos o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2013/14. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) trabalha com uma expectativa de colheita de 190 milhões de toneladas para a temporada 2013/14, além de US$ 99,5 bilhões de receita com exportações. Diante desse cenário, o volume de crédito rural projetado para a safra é de R$ 136 bilhões. Quase 70% dos recursos serão concedidos às taxas de juros controladas, abaixo de 5,5% ao ano. O pacote prevê mais crédito rural subsidiado e aumenta os recursos para o prêmio de subvenção ao seguro. Como o orçamento de custeio para a agropecuária gira próximo de R$ 250 bilhões, além do uso de recursos próprios, os agricultores precisarão ter acesso às outras opções para a tomada de empréstimos.

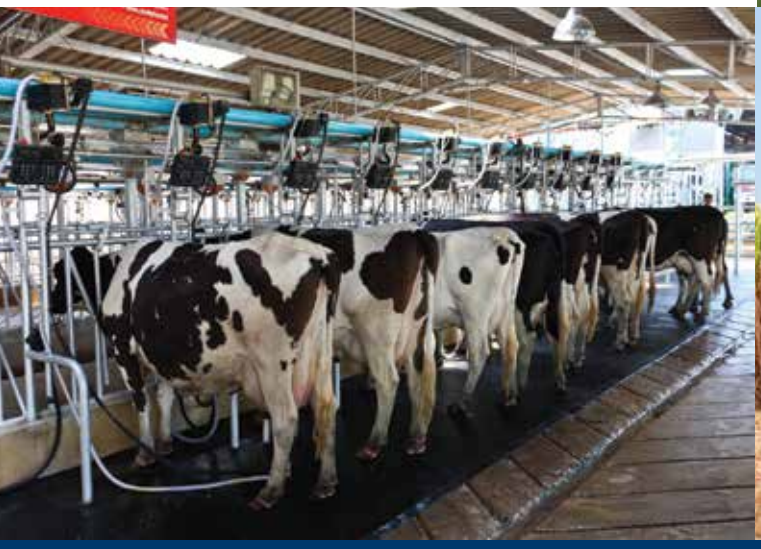
O mercado internacional de açúcar trabalha com excedente no balanço de oferta e demanda na safra mundial de 2012/13, que se encerra em 30 de setembro. Com isso, os preços seguem tendência de queda. Neste momento, os produtores brasileiros não têm encontrado dificuldade para escoar a sua produção. As razões são a precificação feita, em 2012, com preços entre 19,5 e 23,0 centavos por libra-peso FOB e a atual taxa de câmbio favorável à exportação. No futuro, caso os preços permaneçam em níveis não atrativos ao produtor brasileiro, as usinas deverão produzir mais etanol, em vez de açúcar.

No Brasil, estudos mostram que a chegada de novas usinas dinamiza a atividade econômica, ambiental e social de uma região. Por sua vez, a utilização do modelo de produtores independentes para a produção de cana pode ser mais vantajoso para a sociedade. Isso é o que mostra o estudo realizado na região de Quirinópolis, no sudoeste goiano. O enorme salto nos indicadores socioeconômicos comprova a importância do setor no desenvolvimento regional.

O Fórum realizado pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração (Sobratema) discutiu a capacidade de o campo produzir e ser competitivo. O principal problema está relacionado à logística e infraestrutura, que requer uma mobilização similar à Revolução Verde realizada na agricultura. É difícil produzir com a maior competitividade do mundo e sofrer grandes perdas no caminho até o mercado consumidor. Para transportar um contêiner da origem até o porto, custa, em média, US$ 1.790, no Brasil, e US$ 690, para os nossos concorrentes. ■









AGRONEGÓCIO: O FUTURO CHEGOU.

MESTRADO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: AGROENERGIA | ECONOMIA E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

O Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV/EESP oferece duas áreas de concentração: Agroenergia e Economia e Gestão do Agronegócio.

Destina-se a profissionais experientes que buscam aprofundar seus estudos e qualificar-se para a administração de empresas direta ou indiretamente ligadas ao Agronegócio e à Agroenergia. O curso conta com professores experientes da FGV, Embrapa e Esalq.

Conheça também os Cursos Master da EESP.

INSCRIÇÕES:
De 29 de julho até o dia 25 de outubro de 2013
www.fgv.br/eesp/processoseletivo

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

EESP
Escola de Economia de São Paulo

Opinião *Agroanalysis:* Momento de mudança!

APESAR DE a ***Agroanalysis***, ao longo de sua história, tratar em suas páginas do agronegócio e da economia, não há como se silenciar diante das enormes manifestações ocorridas.

Os políticos e os intelectuais estão tentando entender a combustão espontânea e o tamanho das manifestações dentro do quadro, até então verificado, de alta aprovação do governo federal. Neste espaço, vamos tentar passar aos leitores da ***Agroanalysis*** um resumo dos pontos que cremos ser os mais importantes. Começamos com três citações do sociólogo espanhol Manuel Castells, que escreveu recentemente um livro sobre os movimentos sociais recentes verificados no mundo:

"A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança o contrato social se dissolve, e as pessoas desaparecem, ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência."

"Não foram apenas a pobreza, a crise econômica ou a falta de democracia que causaram esta rebelião multifacetada... foi basicamente a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural, que uniu aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade melhor."

"Uma vez que o espaço público institucional, o espaço constitucionalmente designado para a deliberação, está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos."

Esses pontos exigem uma reflexão diferente para entender esse movimento totalmente diferente. O movimento não é de esquerda e nem de direita. Não existem partidos políticos envolvidos. O Brasil vive plena liberdade democrática. E mais: nos últimos dez anos, quase 40 milhões de pessoas deixaram o nível de pobreza, graças aos programas sociais. Então, quem está nas ruas? E qual a razão do movimento? Difícil oferecer uma única resposta, mas, pensando nas citações de Manuel Castells e no Brasil dos últimos dez anos, algumas coisas podem ser ditas:

- A classe média (frágil definição, concordamos) aumentou muito, com as pessoas que saíram da pobreza e entraram no mercado formal de trabalho. Estas pessoas pagam impostos e têm, em troca, uma péssima qualidade de serviços públicos, principalmente transportes, segurança, saúde e educação.
- A Copa das Confederações mostrou, de repente, as maravilhas (arenas) que o Brasil pode fazer. Mostrou também que, com vontade política, os recursos aparecem. Ao mesmo tempo, ficam ainda mais expostos os problemas crônicos da corrupção existente no País.
- Em meio a esse clima, houve aumento nas tarifas dos transportes, talvez o serviço público de maior uso pela população e de horrorosa qualidade.
- As redes sociais permitem comunicação rápida e mostram um movimento com lideranças dispersas, muito jovens e multifacetadas.
- A polícia, desde sempre, é muito mal treinada e despreparada. A reação às primeiras passeatas foram de violência desmedida e botaram ainda mais lenha na fogueira.

Nesse contexto, a classe média foi para as ruas usando o aumento das tarifas como mote, mas pedindo também uma completa revisão de valores da sociedade, pois, afinal, paga impostos e tem, em troca, serviços de péssima qualidade. E, ao ver as arenas novas, verifica que: 'Sim, nós podemos (quando realmente queremos)'. Daí, os cartazes que reivindicavam "hospitais com qualidade FIFA" etc. E, aqui, vale mais um comentário: os protestos contra a Copa têm relação com a possibilidade de fazer obras com qualidade quando queremos (como as arenas) e de mau uso do dinheiro público. Não acreditamos em manifestação contra a Seleção Nacional. Basta ver as reações dentro dos estádios para perceber a dicotomia entre as passeatas e a reação da torcida. E não se diga que não há gente, dentro dos estádios, da mesma classe que está nas ruas.

A confiança desapareceu e a representação institucional não atende mais essa classe média bastante aumentada. E mais: a materialização da internet, a partir do éter, deu-se na ocupação das ruas. É muito interessante notar, também, que, em 2002, quando o PT venceu as eleições presidenciais, a maior parte de quem está nas ruas tinha menos de doze anos.

Obviamente que, em qualquer movimento desse tipo, há grande chance de haver, como de fato ocorreu, a infiltração de vândalos e malfeitores. Com estes, não há de se ter complacência. As passeatas pacíficas, porém, precisam ser ouvidas e o ordenamento social, retomado com a ação correta da polícia.

Vale notar, ainda, que a população mais carente e ainda beneficiária dos programas sociais do Governo não participa dos movimentos.

É sempre muito arriscado escrever sobre algo novo e que está acontecendo. E não temos a menor intenção de fechar uma teoria. Procuramos apenas tentar mostrar fatos que nos chamaram muito a atenção. Mas, não resistimos e ousamos um pouco. Talvez, esteja na hora de pegar o limão e fazer uma limonada. Nossa presidente, em seu pronunciamento inicial e em suas primeiras propostas, parece ter percebido este momento. Além das medidas de curto prazo já pensadas, é preciso ousar mesmo. As leis, numa democracia, dependem do Executivo e do Legislativo. O Executivo já tentou passar, sem sucesso, reformas políticas e fiscais. Agora é a hora! Hora de voltar com esses assuntos e colocar o Congresso sob pressão popular, para fazer passar as reformas política, orçamentária e fiscal de que este País tanto precisa. É importante acertar a forma constitucional. O Brasil já fez isso em passado recente, no processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Portanto, mãos à obra. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Maria João Pessoa Macedo
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Alexandre Sobreiro
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Viviane de Carvalho
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Viviane de Carvalho - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: viviane.carvalho@fgv.br
Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin e Viviane de Carvalho
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Aldo Floris, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

8 Rui Prado

11 **Macroeconomia**
12 **Agrodrops**
14 **Frases e comentários**

Mercado & Negócios

15 Indústria da cana
17 África do Sul
20 Açúcar com preço desfavorável
22 *Helicoverpa armigera*
23 Recuperação da economia dos EUA

Política Agrícola

25 Plano Agrícola e Pecuário 2013/14

Fórum ABAG

27 Os caminhos do agronegócio
Oportunidades e investimentos

Especial Aprosoja

33 Aprosoja avalia 2013 como um ano de grandes conquistas

Especial Andef

41 Inovações e sustentabilidade no campo

Especial Sistema OCB

42 Governo libera R$ 136 bi para a agropecuária brasileira

44 **Diário de bordo**
45 **Produzir**
46 **Opinião**

47 **Serviço ao agronegócio**

Mercado & Negócios



23 Recuperação da economia dos EUA

Mercado & Negócios



15 Indústria da cana

Especial Aprosoja



33 Aprosoja avalia 2013 como um ano de grandes conquistas

Rui Prado
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato)

Além da porteira

Por Paulo Roque

DA LOGÍSTICA e armazenagem à demarcação de terras indígenas, o presidente da Famato, nesta entrevista à ***Agroanalysis***, fala sobre os principais problemas que afetam o agronegócio do Mato Grosso e, principalmente, do Brasil. Para ele, antes, dedicava-se mais aos desafios dentro da porteira e, agora, deve-se ir além, atuar mais fortemente em todos os elos que envolvem a cadeia produtiva.

Veterinário e produtor rural em Campo Novo do Parecis-MT, onde produz soja, milho, girassol, pipoca e engorda de bovinos no sistema de integração agricultura-pecuária, Rui Prado está em seu segundo mandato na presidência da Famato. É um dos fundadores da Aprosoja-MT, entidade que presidiu no período de 2005 a 2007, e, também, foi presidente da Aprosoja Brasil (2007-2010). Além disso, é presidente do Conselho Deliberativo do SENAR-MT e do SENAR Nacional, do IMEA (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária), da Câmara Setorial da Soja do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Comitê Assessor Externo (CAE) da Embrapa Soja de Londrina-PR. É membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), presidido pela presidente Dilma Rousseff, e foi considerado pela revista Dinheiro Rural, em sua edição de fevereiro de 2013, como uma das 100 personalidades mais influentes do agronegócio brasileiro.

AGROANALYSIS O agronegócio supera os problemas logísticos e continua a crescer?

RUI PRADO Ainda não. Talvez porque, antes, nos dedicamos mais aos desafios dentro da porteira. E, hoje, após anos de interface com o poder público, chegamos à conclusão de que temos que atuar mais fortemente nesta área também. A logística é, sem dúvida, um dos nossos principais desafios, porque a infraestrutura atual concentra-se no modal rodoviário, com rodovias mal conservadas, mal sinalizadas e perigosas. Conseguimos manter um alto nível de produção sendo o primeiro estado no *ranking* nacional da produção de soja, milho 2ª safra, algodão e criação de bovinos. O ideal, como ocorre em países como os Estados Unidos, é a integração do modal rodoviário com o ferroviário e hidroviário. Hoje, acreditamos que as soluções devem passar pelas parcerias público-privadas a fim de garantir os investimentos necessários para resolvermos os problemas de infraestrutura, especialmente do Mato Grosso. Esse é o único caminho para baixarmos os custos de produção, reduzir os congestionamentos nas estradas e os impactos ambientais do escoamento da produção. Nas duas últimas safras, o produtor pagava de R$ 10 a R$ 12



DIVULGAÇÃO

> “... o fundamental é que as melhorias em infraestrutura e logística não beneficiarão apenas o setor produtivo, mas a sociedade como um todo.”

por saca para levar soja até o porto de Santos. Atualmente, paga em torno de R$ 16/saca, ou seja, 60% a mais. E o fundamental é que as melhorias em infraestrutura e logística não beneficiarão apenas o setor produtivo, mas a sociedade como um todo.

AGROANALYSIS Como está a capitalização do produtor?
RP O produtor de grãos vem capitalizando-se nas últimas três safras. Tivemos uma rentabilidade extremamente interessante da soja, principalmente nas duas últimas safras, permitindo ao produtor recuperar-se do prejuízo acumulado na safra de 2005/2006. Conseguimos essa recuperação porque os preços da soja e milho foram muito bons nas últimas safras e a produtividade também foi muito boa.

AGROANALYSIS As vendas de insumos e máquinas mostram bons números?
RP A venda de maquinários apresenta bons números, sim. Registramos aumento de 23% de 2011 para 2012. Em 2011, segundo dados da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), foram comercializadas 4.374 máquinas no Mato Grosso, enquanto, no ano passado, este número aumentou para 5.389. Esses dados mostram a melhoria na capitalização do produtor, que está conseguindo renovar o parque de máquinas. No caso dos insumos, as aquisições por parte dos produtores estão com certo atraso em relação aos volumes observados no ano passado. Os produtores já adquiriram 78,5% dos insumos necessários para o cultivo da próxima safra de soja, segundo o último levantamento do IMEA, enquanto, no ano passado, foram comercializados 84,5% até o mesmo período. Ainda há um volume considerável de defensivos químicos para ser adquiridos, e isso resultou nesta diferença. Outro fator que pode estar ligado ao atraso é o preço da soja, que estava mais alto na safra passada, favorecendo, portanto, a relação de troca naquela época. Mas, se observarmos um histórico de três anos, a comercialização média no mesmo período da análise é menor do que 75%, demonstrando que, historicamente, ainda estamos dentro da normalidade do período para aquisição dos insumos.

> “Mais do que a praga em si, nos preocupa a morosidade dos órgãos oficiais para aprovar novas tecnologias de combate. (...) A indiferença do Governo quanto a essas questões nos deixa assustados, porque é a viabilidade do negócio que está em jogo.”

AGROANALYSIS Vamos marchar para outra safra recorde na temporada 2013/14?
RP Com certeza, teremos uma safra recorde em termos de área. Se o clima colaborar até o final do ciclo, também teremos safra recorde de produção. A área de soja no Mato Grosso deve crescer pelo menos 5%, ultrapassando os 8 milhões de hectares. Nesse ritmo, a área de milho também pode aumentar, mas dependerá do clima e dos bons resultados financeiros durante a safra, pois o cenário da rentabilidade do milho ainda é incerto. Nesse caso, poderá haver aumento de área e produtividade deste grão ou não, mas a tendência em que acreditamos é de crescimento. Vale ressaltar que o aumento de área previsto tanto para a soja, quanto para o milho é em aproveitamento de áreas de pastagens, especialmente nas regiões norte e leste do Mato Grosso.

AGROANALYSIS Vamos mudar o quadro de escassez na armazenagem?
RP O déficit de armazenagem diminuiu um pouco, mas não tudo o que gostaríamos. O Plano Safra 2013/2014 trouxe boas perspectivas para a armazenagem. O Governo destinará R$ 25 bilhões para a construção de armazéns privados nos próximos cinco anos. Os primeiros R$ 5 bilhões serão liberados na temporada 2013/2014. A expectativa é de que este montante seja suficiente para modernizar a infraestrutura dos armazéns e amenizar os gargalos da agricultura brasileira. Mas, no caso do Mato Grosso, vale lembrar que temos um quadro de 29 milhões de toneladas de capacidade de armazenagem. Se chegarmos próximo aos 35 milhões de toneladas, será um bom avanço para o período de um ano. Mas, o déficit de armazenamento ainda é grande. O plano de armazenagem divulgado pelo Governo deve continuar para que esse problema realmente seja resolvido. Os novos armazéns precisam ser construídos em locais onde a demanda já seja muito consolidada.

AGROANALYSIS Novas pragas aparecem no campo?
RP Sim. Recentemente, nossa preocupação está na lagarta *Helicoverpa armigera*,

que tem provocado ataques severos nas lavouras de soja, algodão e milho de vários estados, causando graves prejuízos. Os produtores estão tendo gastos excessivos com produtos que não têm eficácia para combater a praga. A *Helicoverpa armigera* é uma praga que ainda precisamos aprender a manejar, pois ela atinge todo o ciclo de desenvolvimento da lavoura. Mais do que a praga em si, nos preocupa a morosidade dos órgãos oficiais para aprovar novas tecnologias de combate. E temos realizado diversas reuniões para mostrar as graves implicações disso. A indiferença do Governo quanto a essas questões nos deixa assustados, porque é a viabilidade do negócio que está em jogo.

AGROANALYSIS Estamos com produtos adequados para o trabalho fitossanitário?

RP Não. Algumas pragas e doenças estão com resistências aos produtos fitossanitários. Precisamos da liberação de novas moléculas de defensivos agrícolas. A demora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em liberar novos princípios ativos para produtos que combatem pragas nas lavouras pode impactar significativamente nas próximas safras. As projeções são claras: teremos aumento de produção nos próximos anos e, consequentemente, haverá demanda por mais defensivos agrícolas. A ferrugem asiática, por exemplo, está cada vez mais forte e resistente aos defensivos. É uma das principais doenças que atinge as lavouras de soja do Brasil. Para combatê-la, existem, atualmente, dois novos princípios ativos de agroquímicos para ser liberados pela Anvisa. Queremos que o Governo e os órgãos reguladores sejam mais ágeis na liberação de substâncias cada vez mais eficientes no combate às doenças que geram impactos negativos no setor produtivo. Defendemos, também, um novo marco regulatório para discutir a liberação dos agroquímicos. Acreditamos que este novo marco regulatório estabeleceria os novos processos de análises das moléculas e deixaria os procedimentos para liberação mais ágeis. O IMEA estima que, somente no Mato Grosso, os prejuízos diretos provocados pela ferrugem asiática na safra 2012/2013 alcançaram cerca de US$ 1,5 bilhão, o que equivale a 40 milhões de sacas. No Brasil, as perdas nos últimos dez anos por conta desta doença já somam US$ 25 bilhões.

AGROANALYSIS O Cadastro Ambiental Rural (CAR) segue no ritmo esperado?

RP Em relação ao CAR federal, estamos aguardando a publicação da Instrução Normativa para que os estados possam iniciar a implantação e operacionalização do cadastro. E, quanto ao CAR estadual, da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso, que já existia antes do federal, está em operação junto ao órgão ambiental estadual, mas continua demorando uma média de três a quatro meses para ser emitido. Segundo a SEMA (Secretaria do Meio Ambiente), a migração do CAR estadual para o federal ainda não ocorreu em sua plenitude porque o governo federal não baixou a regulamentação da Lei nº 12.651.

AGROANALYSIS A demarcação de terras indígenas gera preocupação?

RP Sim. Bastante. Queremos que a Funai pare de agir como se fosse os três poderes. Ela emite as instruções normativas como poder Legislativo, demarca como poder Executivo e cuida dos recursos administrativos como o Judiciário. Infelizmente, vivemos esse problema há um bom tempo, e está cada vez mais evidente uma grave crise entre índios e não índios. Isso é lamentável, porque os produtores sempre viveram em harmonia com os indígenas. Ao invés de ajudar, temos visto que a Funai só piora a situação. Não é fácil testemunhar que milhares de famílias que produzem e contribuem com o desenvolvimento da economia nacional continuem perdendo suas terras e histórias de vida por conta dos interesses obscuros da fundação. A Famato está atenta e articulada estratégica e politicamente para a aprovação da PEC 215, que transfere ao Congresso Nacional a prerrogativa de criar e ampliar terras indígenas no País. No Mato Grosso, existem várias sociedades indígenas e, em quase todas, faltam saneamento básico, lazer, educação, saúde, alternativa de renda, esperança e sobram problemas com alcoolismo e prostituição. O governo federal tem que focar nesses problemas, e não criar mais problemas desabrigando famílias produtoras que contribuem para o desenvolvimento econômico do País. ■



DIVULGAÇÃO

> “Queremos que a Funai pare de agir como se fosse os três poderes.”

Macroeconomia

Política econômica sem foco claro

Rogério Mori*

AS PREOCUPAÇÕES com a inflação elevada viraram manchete ao longo dos últimos meses no Brasil. Na verdade, esse fenômeno vem sendo observado com maior clareza desde o segundo semestre do ano passado, e as expectativas do governo brasileiro eram de que haveria uma queda na inflação acumulada em doze meses nos primeiros meses de 2013. Esse cenário, na realidade, não se verificou, e o que se viu foi uma manutenção do IPCA acumulado em doze meses acima dos 6% ao longo dos primeiros seis meses do ano.

Tal fato levou o Governo a adotar um conjunto de medidas paliativas no sentido de tentar reverter o quadro inflacionário, com desoneração de vários produtos, adiamento do reajuste de preços de combustíveis, etc. Nenhum desses expedientes funcionou de forma adequada, e a inflação não cedeu. Não restou nenhuma alternativa ao Governo senão jogar a toalha e iniciar o aperto da política monetária. Nesse sentido, o Banco Central (BC) iniciou o processo de forma comedida em abril, mas se viu na posição de dar uma resposta mais forte na reunião de maio, com um surpreendente aumento de 0,5% na meta da taxa básica de juros, a Selic.

Sob essa lógica, é evidente que o BC demorou a reagir com os juros para reduzir o ritmo da alta de preços, e isso, sem dúvida, teve custos do ponto de vista da credibilidade em termos da condução da política monetária e em termos de clareza nos objetivos e autonomia plena da mesma para que estes sejam devidamente cumpridos. Provavelmente, esses custos traduzir-se-ão em uma persistência maior da inflação em patamar elevado e maior resistência à sua queda. Nesse sentido, é bem possível que o Banco Central tenha que elevar a taxa de juros a um patamar maior do que o esperado inicialmente e por um tempo maior caso deseje, de fato, fazer a inflação convergir para o centro da meta estabelecida, de 4,5%.

As raízes da relutância do Governo em promover um aperto monetário neste momento residem na claudicante retomada do crescimento econômico brasileiro. O resultado do primeiro trimestre do ano foi decepcionante, e a atividade econômica patina, sem mostrar maiores sinais de vigor. A fórmula de retomada baseada na expansão do consumo, utilizada em 2009, esbarra, neste momento, no elevado endividamento das famílias brasileiras. Esse fenômeno impõe uma barreira natural à expansão do consumo baseada no crédito, o que, em outras palavras, significa que não há muito a ser feito em termos de estímulo econômico por essa via. A expansão pela demanda do setor externo também se mostra limitada ante o real ainda forte (apesar da sua depreciação recente), o que inviabiliza uma retomada mais vigorosa das exportações e sua utilização como um canal de estímulo à demanda agregada.

Idealmente, o melhor cenário seria de uma retomada robusta dos investimentos produtivos no Brasil neste momento, o que estimularia a demanda no curto e médio prazos, ao mesmo tempo que teria efeitos positivos no longo prazo sobre nossa economia. No entanto, os indicadores econômicos nessa direção são desalentadores, e o País assiste, por exemplo, a tristes cenas de obter safras recordes sem ter como escoá-la de forma adequada para o mercado externo. Sob essa perspectiva, o processo de alta de juros só contribui para que os investimentos produtivos não reajam.

O nó atual da economia brasileira poderia ser desatado caso o Governo praticasse uma política fiscal contracionista focada em uma estratégia de contenção de seus gastos. Isso abriria espaço em termos dinâmicos para uma queda da inflação, sem a necessidade de um aperto de juros mais intenso e que venha a afetar mais duramente os investimentos produtivos brasileiros. No entanto, o que se verifica, neste momento, é exatamente o contrário: a política fiscal é expansionista, o que impõe um esforço ainda maior sobre a política monetária para conter o processo inflacionário.

Vários economistas já atentaram para esse fato e mesmo as agências de classificação de risco já chamaram a atenção para a deterioração da condução da política econômica brasileira, sinalizando uma potencial redução para baixo da classificação de risco do Brasil. Caso nada seja feito, o bom humor dos investidores com relação à economia brasileira deverá, de fato, mudar mais adiante. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail psroque@uol.com.br

BRASIL LIVRE DA PESTE EQUINA

O Brasil foi considerado livre da peste equina pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) durante a 81ª Sessão Geral da Assembleia Mundial de Delegados da OIE, realizada em Paris, no período de 26 a 31 do último mês de maio. Outra resolução favorável ao País é a que mantém o status de risco insignificante para encefalopatia espongiforme bovina (EEB) – mais conhecida como "vaca louca".

BRASIL INTENSIFICA CUIDADOS CONTRA INFLUENZA AVIÁRIA

A avicultura nacional está preparada contra a ocorrência de focos de influenza aviária pelo mundo, inclusive em sua nova variedade, a H7N9, recentemente descoberta no leste e no centro da China, garante a União Brasileira de Avicultura (UBABEF), acentuando que o Brasil, entre os maiores produtores do mundo, é o único que nunca registrou um foco da enfermidade. Para isso, por meio de seu Programa de Biosseguridade, a entidade recomenda uma série de medidas preventivas que estão sendo seguidas pelas agroindústrias associadas. Entre elas, está a proibição de visita de estrangeiros às granjas avícolas do País.

JAPÃO RETOMA IMPORTAÇÃO DE CARNE SUÍNA CATARINENSE

O Japão volta a importar carne suína de Santa Catarina. Foram sete anos de negociações, e as vendas serão reiniciadas assim que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) enviar ao governo japonês a lista de estabelecimentos exportadores que atendem os requisitos sanitários do país. Esta lista encontra-se em elaboração pela Secretaria de Defesa Agropecuária, em consulta com as empresas.

PROGRAMA ABC 1

A Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA anunciou que, desde a criação da linha de crédito do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), no Plano Agrícola e Pecuário 2010/11, há três anos, foram realizados mais de 14 mil contratos, totalizando R$ 4,46 bilhões dos financiamentos firmados. Na temporada 2010/11, foram contratados R$ 418 milhões, enquanto, até abril deste ano, este valor alcançou R$ 2,54 bilhões. O governo brasileiro assumiu voluntariamente o compromisso de reduzir as suas emissões de gases do efeito estufa entre 36,1% e 38,9% até 2020. Vale a pena lembrar que resultados do estudo realizado pela GVAgro, da Fundação Getulio Vargas, por meio do Laboratório ABC, divulgados no mês passado, indicam a necessidade do aumento do número de adesões ao Programa ABC para o País atingir essas metas, que, neste ano, atingiram 2.800 contratos, e que, até 2020, serão necessárias 78 mil somente no item de recuperação de pastagens.


SXC.HU

APOIO À ARMAZENAGEM


SXC.HU

Com relação às deficiências na infraestrutura de transporte e armazenamento do País, que têm gerado um caos logístico, com prejuízo e transtornos para o agronegócio brasileiro, segundo o ministro da Agricultura, Antônio Andrade, o PAP atual dá uma atenção extra para logística e infraestrutura. Serão disponibilizados R$ 25 bilhões para a construção de novos armazéns privados nos próximos cinco anos – sendo R$ 5 bilhões para a temporada 2013/14 e mais R$ 500 milhões para modernizar e dobrar a capacidade de armazenagem da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Pelo Programa de Sustentação de Investimento (PSI-BK), para o financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas, serão R$ 6 bilhões; enquanto, para a agricultura irrigada, R$ 400 milhões.

R$ 136 BI PARA A SAFRA 2013/14

Anunciado no último dia 4 de junho, pela presidenta Dilma Rousseff, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2013/14 foi considerado pelo Governo como o mais abrangente e maior em volume financeiro já lançado no Brasil. Foram liberados R$ 136 bilhões para a próxima safra, sendo R$ 97,6 bilhões para financiamentos de custeio e comercialização e R$ 38,4 bilhões para os programas de investimento. Em relação ao crédito disponibilizado na temporada que termina no dia 30 de junho deste ano, a alta é de 18%. As prioridades são armazenagem, irrigação, médio produtor, seguro rural, desenvolvimento sustentável e cooperativismo, além do fortalecimento da defesa agropecuária e extensão rural.

PLANTAS TRANSGÊNICAS NA MEDICINA


SXC.HU

Pesquisas realizadas pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEN), em parceria com instituições nacionais e estrangeiras, mostram que plantas transgênicas também poderão servir de fonte para a produção de medicamentos. Um dos exemplos é a soja geneticamente modificada, utilizada como biofábrica para obtenção de moléculas empregadas em fármacos contra doenças como a AIDS e alguns tipos de tumores, como os de mama, colo de útero e esôfago. Entres os parceiros da Embrapa, estão o Instituto de Saúde dos Estados Unidos (NIH) e o Instituto do Câncer de Nova York. Estão sendo realizados estudos com outras plantas, como o tabaco, o milho, o arroz e a cevada.

BRASILEIRO PRESIDE COMISSÃO DA OIE

Guilherme Marques, diretor do Departamento de Saúde Animal do MAPA, é o novo presidente da Comissão Regional da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) para as Américas. O anúncio foi feito durante a reunião mundial da entidade, em Paris, tendo Marques sido eleito por unanimidade, com votos de todos os trinta países da comissão americana. Seu mandato vai até maio de 2015.

COCAMAR COMEMORA CINQUENTA ANOS


DIVULGAÇÃO

Entre as principais cooperativas agropecuárias do País, a Cocamar Cooperativa Agroindustrial, sediada em Maringá (PR), completa cinquenta anos de fundação em 2013, atravessando um dos melhores momentos de sua história. Em 1963, quando ela começou, eram só quarenta e seis pequenos produtores de café. Hoje, dona de um dos mais diversificados parques industriais do cooperativismo brasileiro e de marcas como a Purity, que pontuam no varejo, em vários estados, com uma extensa linha de produtos, a Cocamar planeja faturar R$ 2,550 bilhões neste ano e chegar a R$ 3 bilhões em 2015. "O crescimento é essencial para uma empresa que deseja se manter competitiva em um segmento tão concorrido", afirma o presidente, Luiz Lourenço, enfatizando que o foco é o mercado interno. Com um quadro de 11,8 mil cooperados que produzem soja, milho, trigo, café e laranja, a cooperativa possui uma rede de cinquenta e quatro unidades operacionais nas regiões norte e noroeste do Paraná.

ERRATA – EDIÇÃO DE JUNHO DE 2013

- Na entrevista com o pesquisador da Embrapa Eduardo Assad, publicada na edição de junho 2013, páginas 6 a 8, foram cometidos dois erros. Quanto ao primeiro, na página 6, na pergunta "Quem são os financiadores do projeto?", na sexta linha da resposta, o correto é ***stakeholders***, e não ***back holders***, como foi publicado.
- Na página 8, primeira coluna à esquerda, na sétima linha, onde se lê "400 universidades **despreparadas**", a palavra correta é **preparadas**.



RAUL MOREIRA.

O plano atende as expectativas do setor, mas ainda não foi dessa vez que conseguimos ter um plano plurianual, que possibilitaria aos produtores planejar seus negócios com maior segurança.”

ANTONIO ALVARENGA, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), referindo-se ao Plano Safra 2013/14

“O status sanitário brasileiro é um dos bens mais valiosos da avicultura nacional. O poder público e a iniciativa privada têm ciência disso e têm se mobilizado para evitar que qualquer problema afete a avicultura líder mundial em exportações e a terceira maior produção do planeta.”

FRANCISCO TURRA, presidente da União Brasileira de Avicultura (UBABEF)

“Se, por um lado, vamos melhorar o processo de demarcação, temos que pactuar qual o melhor modelo. Dependendo, pode servir para todo o País, onde há conflito na disputa de terras indígenas. Essa questão não se resolve com violência; isso não vai ser admitido no Estado brasileiro.”

JOSÉ EDUARDO CARDOZO, ministro da Justiça, em reunião com deputados da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, no último dia 12 de junho

“Da mesma forma que o Brasil fez uma revolução na agricultura, com aumento médio anual de 3,7% na produtividade nos últimos vinte anos, agora, é necessária uma revolução na parte de logística e infraestrutura para resolver os gargalos que dificultam o escoamento da safra e fazem com que um contêiner de grãos posto no porto custe US$ 1.790,00, contra US$ 690,00 dos nossos concorrentes mundiais.”

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO, presidente da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), na abertura do seminário “Os Caminhos do Agronegócio – Oportunidades de Investimento”, durante o Construction Congresso, em São Paulo

“Este momento de efervescência, liderado pela juventude, também é oportunidade para que estereótipos sobre a agricultura sejam desfeitos, mostrando que os pleitos das cidades são idênticos aos da esmagadora maioria dos produtores rurais que vivem e trabalham no interior do País.”

Final da nota distribuída à imprensa, no último dia 18, pela Sociedade Rural Brasileira, em apoio à livre expressão da população nos protestos espalhados pelo País

“A expectativa do Governo é segurar uma área superior a 10 milhões de hectares e beneficiar 96 mil produtores.”

ANTÔNIO ANDRADE, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no lançamento do Plano Safra 2013/14, ao falar sobre o aumento do montante de recursos destinados à subvenção ao seguro rural, que passou de R$ 400 milhões para R$ 700 milhões

“Só no Mato Grosso, temos um déficit de 29% em armazenagem.”

EDEON VAZ FERREIRA, coordenador executivo do Movimento Pró-Logística da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso), em debate realizado no seminário “Os Caminhos do Agronegócio – Oportunidades de Investimento”, durante o Construction Congresso, em São Paulo

Indústria da cana

Vetor de desenvolvimento

Marcos Fava Neves[1]
Rogerio. A. O. Castro[2]

A CHEGADA de novas usinas dinamiza a atividade econômica, ambiental e social de uma região, sendo que a utilização do modelo de produtores independentes como o formato principal para a produção de cana pode ser mais profícuo para a sociedade. Isso é o que mostra um amplo levantamento documental na região de Quirinópolis, no sudoeste goiano, realizado com prefeitos, gerentes de bancos, produtores e suas associações, usinas, entre outros agentes.

Muitas críticas cercam a produção de cana-de-açúcar; dentre elas, a de que a cana-de-açúcar cresce sobre áreas de outras culturas, concorrendo com a produção de outros alimentos. No caso de Quirinópolis, esse fenômeno não é completamente verdadeiro, apesar de seus canaviais ocuparem uma área de 48 mil hectares em 2011; as outras culturas, como a soja, o sorgo e o milho, não perderam as suas importâncias na região.

Acontece que, mesmo com a queda de uma parte de suas áreas, ocorreu o aumento da produtividade nas culturas (soja – 8%; sorgo – 23,8%; e milho – 23,9%). Isso compensou a diminuição de áreas destinadas às mesmas, resultando na produção de volumes menores, porém relativamente maiores do que as perdas de área.

A partir de 2006, com a cana-de-açúcar ocupou-se importante área de cultivo na região, seja pela substituição de poucas áreas de outras culturas, seja pela ocupação de pastagens degradadas e naturais. O resultado foi um grande desenvolvimento para a região, de forma sustentável e com a manutenção da produção de outras culturas. Vale ressaltar, também, que a produção de leite cresceu e o rebanho teve ligeira queda.

Com a integração cada vez maior de lavouras e atividades pecuárias, será natural um crescimento conjunto. Com o aumento na produtividade projetado para os grãos, é de se esperar também um melhor uso da terra, com mais produtividade e, consequentemente, produção.

O desenvolvimento da região de Quirinópolis é evidente entre os anos de 2005 e 2011, com a instalação das usinas São Francisco e Boa Vista (Grupo São Martinho, sendo um investimento com forte participação da Petrobras). A cidade, que, antes, ocupava a 39ª posição no *ranking* daquelas com melhor qualidade de vida em Goiás, ocupa a 6ª posição em 2012.

Não é só o setor sucroenergético que sentiu os benefícios desse desenvolvimento, mas o aporte de investimentos na região aumentou o número de empregos e a renda da população, impulsionando também outras áreas, como a de Construção Civil e até o setor hoteleiro.

Com a instalação e operação dessas usinas praticamente no mesmo período, setores correlatos começaram a se desen-

Quirinópolis: Evolução das áreas plantadas

Atividades	2000 (cinco anos antes da cana)			2011 (cinco anos após a cana)		
	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Produção (t)
Milho	8.400	5.381	45.200	4.800	6.666	32.000
Soja	28.000	2.500	70.000	20.000	2.700	54.000
Sorgo	4.000	2.100	8.400	600	2.600	1.560
Cana-de-açúcar	-	-	-	48.000	73.000	3.504.000
Leite[1]	-	-	42.000	-	-	50.050
Rebanho[2]	-	-	360.000	-	-	319.500

1 Produção de leite em mil litros; 2 Rebanho bovino em número de cabeças de gado.
Fonte: IBGE

Quirinopólis: Evolução dos indicadores socioeconômicos

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Empregos formais (unidades)	4.074	4.332	4.123	5.128	6.826	8.901	8.775	9.311	9.957	10.971
Frota de veículos (mil unidades)	8,65	8,88	9,82	10,70	11,46	12,55	14,27	16,90	18,96	23,43
ICMS (milhões R$)	8,2	10,2	7,8	8,1	14,5	13,5	14,9	22,2	21,5	24,3
ISS (mil R$)	-	-	-	-	2.767	4.728	8.211	4.393	5.726	9.040
Empresas (unidades)	722	839	988	1.272	1.546	1.875	2.202	2.753	3.102	3.324
População (unidades)	36.982	37.201	37.659	37.913	38.165	38.064	39.485	39.756	43.220	-
Receitas (mil R$)	33.849	28.225	28.219	31.643	40.426	50.366	61.350	60.595	65.875	-
Renda *per capita* (R$)			7.593	7.572	8.359	9.678	13.401	-	14.971	-
Salário médio (R$)	416	485	528	628	704	827	1014	1.124	1.238	1.483

Fonte: SEPLAN (GO); DETRAN (GO)

volver, resultando na abertura e fortalecimento dos mais variados empreendimentos na região. O número de empresas estabelecidas anualmente na cidade saltou de 700 para 3.300, entre 2004 e 2011.

Juntamente à abertura de novas empresas, o número de empregos formais da região aumentou mais de 100%, acompanhado de crescimento na receita do município e de pequeno aumento populacional, o que resultou em uma maior e melhor distribuição de renda local. Essa tendência também foi registrada no valor do salário médio dos trabalhadores, que foi praticamente triplicado nos últimos anos.

O preço de um terreno com 100 metros quadrados, que era de R$ 10 mil em 2002, hoje, é vendido por R$ 100 mil. Faltam, hoje, todos os tipos de mão de obra na Construção Civil, desde pedreiros, carpinteiros, entre outros. Já o preço do hectare de terra pulou de R$ 4.500, em 2004, para R$ 20.000, em 2012. Tudo isso comprova a hipótese de que, quando chega a cana, se valorizam os terrenos e as terras.

Surgiram diversas concessionárias para atender essa crescente demanda por automóveis. Os relatos mostram uma cidade com oficinas lotadas, borracheiros funcionando dia e noite e lojas de peças contando com plantões em feriados e finais de semana. Uma movimentação econômica trazida pelos produtores de cana.



MARCELLO CASAL JR/ABR

Além disso, o setor de Serviços oferece diversas oportunidades de emprego às mulheres, melhorando sua condição e, muitas vezes, propiciando sua independência, outro benefício social.

Com esse crescimento, houve aumento na arrecadação de impostos. Em 2011, foram arrecadados R$ 24,3 milhões pelo ICMS, que são revertidos em investimentos e desenvolvimento para a região, um valor três vezes maior do que o arrecadado em 2004.

Esse enorme salto nos indicadores socioeconômicos de Quirinópolis comprova a importância do setor no desenvolvimento regional e o impacto no crescimento face à grande influência da instalação de usinas na região. É um exemplo verdadeiro de interiorização do desenvolvimento, com geração, inserção e oportunidades de emprego. A realidade teve forte mudança após a chegada da cana e de inúmeros empreendedores com visão econômica, ambiental e social, que se instalaram nas terras do município para gerar produção e renda. ■

1 Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, *campus* de Ribeirão Preto (mfaneves@usp.br)
2 Professor da Faculdade de Direito da USP, *campus* de Ribeirão Preto (raocastro@usp.br)

África do Sul

Novos desafios da indústria açucareira

Gilmar P. Henz[1]
Carolina Von Der Weid[2]

A CANA-DE-AÇÚCAR foi introduzida na África do Sul em 1848, na região de Durban, a partir de variedades trazidas das Ilhas Maurício, e, já em 1850, foi construída a primeira usina no país. Atualmente, a África do Sul produz, em média, 2,4 milhões de toneladas de açúcar anualmente, em doze usinas na província de KwaZulu Natal, principal região produtora de cana-de-açúcar, e duas em Mpumalanga, gerando receita de mais de US$ 1,3 bilhão. O país consome cerca de 55% da produção, e o restante é exportado para os países vizinhos, na África austral. De acordo com a South African Sugar Association – SASA, a África do Sul ocupa a oitava posição mundial entre os países produtores de açúcar em termos de eficiência produtiva.

A indústria de açúcar sul-africana é responsável por cerca de 1% do PIB do país e emprega aproximadamente 250 mil trabalhadores, 11% dos empregos rurais. O cultivo de cana-de-açúcar ocupa 130 mil hectares, com 29 mil produtores registrados. O país ainda não resolveu um sério problema fundiário resultante do regime de *apartheid*, que implicou a posse de 80% das terras agricultáveis pela minoria branca de origem africânder. Existem cerca de 1.550 produtores comerciais de cana-de-açúcar, sendo que, destes, apenas 378 são agricultores negros emergentes. Os demais são pequenos agricultores negros originários do programa de reforma agrária.

Atualmente, as empresas sul-africanas têm enfrentado dificuldades na produção e exportação de açúcar. De acordo com a SASA, há dez anos, a indústria processou 23 milhões de toneladas de cana e exportou 1,5 milhão de toneladas de açúcar; enquanto, em 2012, processou 17 milhões de toneladas e as exportações caíram para 137 mil toneladas. Neste momento, representantes da indústria sucroalcooleira sul-africana estão pressionando o governo para aumentar a tarifa de importação de açúcar refinado, produto originário principalmente do Brasil. A SASA submeteu uma solicitação à ITAC (International Trade Administration Commission), em março 2013, para revisar o preço de referência do açúcar com base no dólar norte-americano, alegando que o produto tem sido importado a preços inferiores ao custo de produção. O preço de referência é um mecanismo da ITAC que impõe tarifas de importação quando o preço no mercado internacional alcança patamares inferiores a US$ 358 por tonelada. Este valor de referência é baseado em preços internacionais e no custo médio de transporte, além de contemplar um "fator de distorção", que reconheceria assimetrias causadas basicamente por subsídios.

Segundo a SASA, o mecanismo de compensação de preços da ITAC tem sido totalmente ineficiente em proteger a indústria canavieira local das importações baratas e subsidiadas comercializadas na região da União Aduaneira da África Austral – SACU a preços inferiores ao custo de produção. O Brasil é citado como o principal fornecedor de açúcar, com crescimento constante nos últimos cinco anos, alcançando cerca de 240 mil t/ano em 2012. Este volume seria equivalente à produção de duas usinas sul-africanas, responsáveis por 15 mil empregos.

As matérias publicadas na imprensa sul-africana sobre o tema afirmam que o problema central do açúcar no país são as importações baratas, o mesmo termo utilizado para justificar a investigação de *dumping* contra a carne de frango brasileira. A mídia sugere que o açúcar brasileiro é subsidiado, o que geraria distorções de preço no mercado internacional. Entretanto, ao mesmo tempo, é reconhecida a eficiência produtiva do Brasil como maior produtor mundial e que os preços praticados não teriam *dumping*. A diferença atual de preços entre o produto local e o importado é de US$ 222 por tonelada. A movimentação política da SASA, provavelmente, visa a atividade de empresas importadoras sul-africanas (*traders*, atacadistas) que comercializam açúcar brasileiro para empresas agroprocessadoras e utilizam o preço mais competitivo do produto importado para barganhar descontos da indústria local.

A intenção da SASA é pressionar o Ministério da Indústria e Comércio sul-africano a impor cotas para importações, além de aumentar o valor nominal do preço de referência em dólar e também incluir o setor açucareiro nas negociações entre a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – SADC e a União Europeia no âmbito do Acordo de Parceria Econômica, para obter uma cota anual para a indústria local de 300 toneladas para exportação. Entre os países-membros da SACU, somente a África do Sul e a Suazilândia produzem volumes exportáveis de açúcar, sendo que a África do Sul está excluída dos acordos tarifários preferenciais com a UE. Uma das estra-

Alguns números da indústria canavieira sul-africana nos últimos quinze anos

Características da indústria canavieira sul-africana	Maior (safra)	Menor (safra)
Área cultivada com cana-de-açúcar (ha)	431.771 (2001/02)	375.590 (2010/11)
Produtividade da cana-de-açúcar (t/ha)	73,95 (2000/01)	59,08 (2010/11)
Processamento da cana-de-açúcar (t)	23.876.162 (2000/01)	16.015.649 (2010/11)
Teor de sacarose na cana-de-açúcar (%)	14,14 (2010/11)	12,92 (2006/07)
Consumo interno de açúcar (t)	1.685.312 (2011/2012)	1.194.763 (1999/00)
Exportação de açúcar (t)	1.490.120 (2000/01)	137.176 (2011/12)
Consumo *per capita* (kg/pessoa/ano)	37,5 (2011/12)	31,1 (2000/01)

Fonte: South African Sugar Association – SASA

tégias das empresas açucareiras sul-africanas foi instalar usinas em outros países da região, como Moçambique, Maláui, Tanzânia e Zimbábue.

A África do Sul é considerada grande produtora de cana-de-açúcar, mas enfrenta problemas para expansão do cultivo, devido à escassez de terras agricultáveis no país, além da redução na produção. Comparativamente à África do Sul, Moçambique tem terras aráveis disponíveis, com boa fertilidade e sem limitações hídricas, e menor custo com mão de obra, garantindo menor custo de produção. Por essas razões, as maiores empresas sul-africanas do setor, como a Tongaat Hulett, Illovo Sugar e Crookes Brothers, têm expandindo suas operações para outros países africanos, particularmente Moçambique, atraídas pelo acordo do Sistema Geral de Preferências (SGP) com a União Europeia, uma garantia adicional considerando-se a volatilidade do mercado mundial de açúcar.

A Illovo Sugar é a empresa sul-africana com maior número de operações no continente africano, atuando no Maláui, Zâmbia, Suazilândia, Tanzânia e Moçambique. As operações e investimentos da empresa em Moçambique são relativamente pequenos, embora a contribuição financeira tenha crescido rapidamente no último ano, passando de US$ 300 mil, em 2011, para US$ 7 milhões, em 2012, o que é correspondente a 6,5% do lucro líquido da empresa.

A empresa Tongaat Hullet iniciou suas atividades em Moçambique em 2000, com a construção e expansão de usinas em Xinavane e Mafambisse, onde cultiva mais de 24 mil hectares com cana-de-açúcar, além de comprar a produção de agricultores privados que cultivam mais de 2 mil hectares. Em 2009, a empresa investiu US$ 176 milhões na expansão das operações em Xinavane. A empresa está otimista em relação à produção em Moçambique, esperando crescer 30% nos próximos três anos, com expectativa de processar cerca de 310 mil t/ano, contando com redução progressiva dos custos, considerando-se que as despesas das usinas processadoras são praticamente fixas, gerando maior lucro com incremento da quantidade de cana processada. Em 2012, a empresa aumentou a produção de açúcar em Moçambique em 42%, a maior em todos os países em que a empresa atua. O lucro líquido das operações em território moçambicano, em 2011, foi de US$ 15 milhões, aumentando para US$ 47 milhões, em 2012.

Por sua vez, a empresa TSB, pertencente ao grupo Remgro, decidiu iniciar suas operações em Moçambique por razões operacionais, mas, principalmente, pelo SGP de Moçambique com a União Europeia na exportação de açúcar. A empresa está adquirindo 32 mil hectares para o cultivo de cana-de-açúcar e pretende investir US$ 784 milhões para a expansão das atividades no país, o correspondente à metade dos investimentos em *joint venture* (51%/49%) com parceiros locais. A empresa espera ter o cultivo estabelecido e a nova planta processadora pronta para operação em 2017.

As operações das empresas sul-africanas em Moçambique garantem a expansão da produção, limitadas em seu país de origem por questões agronômicas e dificuldades na exportação, além de gerar lucros crescentes. Adicionalmente, em face da atual crise econômica europeia, os produtores sul-africanos buscam mercados alternativos. Segundo projeções da associação setorial, a China e a África garantirão a demanda por açúcar nas próximas décadas, considerando-se que o consumo *per capita* nestas regiões está abaixo das médias mundiais.

A indústria canavieira da África do Sul aposta na criação de incentivos fiscais para estimular a produção local de biocombustíveis. Os detalhes dos subsídios governamentais para o setor devem ser anunciados ainda em 2013, em conjunto com a regulamentação dos coeficientes compulsórios de mistura.

Em relação ao pedido de aumento das tarifas de importação para açúcar refinado, que potencialmente afetaria as exportações brasileiras para esse mercado, o governo sul-africano ainda não tomou nenhuma decisão. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não da instituição que representa.

1 Adido agrícola da Embaixada do Brasil na África do Sul
2 Primeira secretária da Embaixada do Brasil na África do Sul

Modernidade, Gestão e Tecnologia em Nutrição Vegetal

O maior evento da Indústria de Tecnologia em Nutrição Vegetal da América Latina

V FÓRUM ABISOLO

FERTI SHOW
Feira de Tecnologia em Nutrição

21, 22 e 23 de agosto de 2013

Ribeirão Preto, SP
Centro de Eventos
Pereira Alvim

Informações e inscrições

11 3251-4559
contato@bbagro.com.br
cadastroforum@abisolo.com.br

www.forumabisolo.com.br

Patrocínio

Realização

Apoio institucional

Apoio de Mídia

Organização

Infraestrutura

Açúcar com preço desfavorável

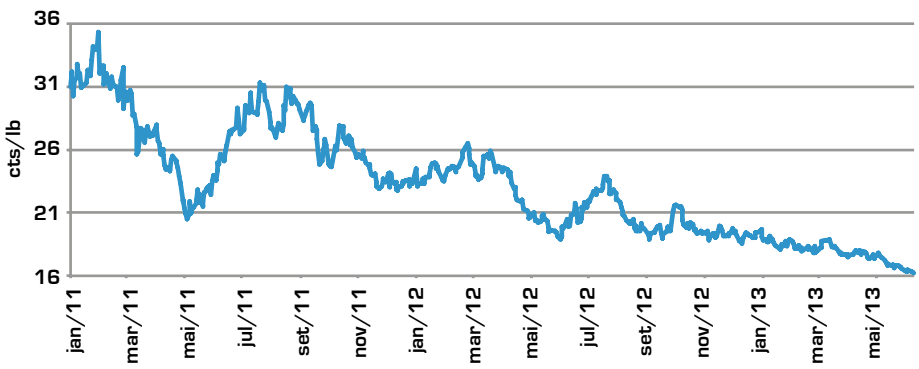
A saída é produzir mais etanol

Plinio M. Nastari*

O PREÇO mundial do açúcar, referenciado pelo primeiro vencimento futuro do contrato número 11 de açúcar cru a granel negociado na bolsa Intercontinental Exchange (ICE) Futures de Nova York, caiu, na primeira quinzena de junho, para nível abaixo de 17 centavos de dólar por libra-peso FOB. Este preço está ligeiramente abaixo do custo médio do fornecedor marginal desse mercado, que é o produtor/exportador da região Centro-Sul do Brasil. Apesar disso, o Brasil continua embarcando volumes relativamente elevados de açúcar para exportação, e os principais terminais de exportação nos portos de Santos e Paranaguá estão com estoques relativamente baixos. Para colocar essa observação em números, enquanto, nos primeiros cinco meses de 2012 (janeiro a maio), as exportações de açúcar do Brasil somaram 5,844 milhões de toneladas métricas; no mesmo período deste ano, este volume já atingiu 9,597 milhões de toneladas.

Apesar do balanço oferta-demanda mundial indicar, segundo estimativas da DATAGRO, um excedente de 10,27 milhões de toneladas na safra mundial de 2012/13, que se encerra em 30 de setembro próximo – o ano comercial para efeitos estatísticos corre de 1º de outubro a 30 de setembro de cada ano –, e estar previsto um excedente de 6,18 milhões de toneladas na safra subsequente, de 2013/14, os produtores/exportadores brasileiros não têm encontrado dificuldade para escoar sua produção.

Preço do açúcar na bolsa de Nova York



Fonte: NYBOT

Exportações brasileiras

Por que não há dificuldade para colocar o produto num cenário de excedentes pelo terceiro ano consecutivo, em 2012/13, e por que os produtores continuam produzindo e exportando, mesmo numa situação em que o preço está abaixo do custo médio?

Em primeiro lugar, o mercado continua absorvendo açúcar a granel do Brasil com preferência em relação a outras origens, porque a qualidade do produto brasileiro é superior, pelo seu maior grau de polarização (teor de sacarose), cor mais clara (grau ICUMSA menor) e menor teor de impurezas. Todas as refinarias independentes instaladas em localidades estratégicas do globo nos últimos vinte anos, como Dubai, Arábia Saudita, Nigéria, Argélia, Marrocos, Síria, Egito e Índia, foram construídas prevendo a utilização de matéria-prima tendo como referência mínima o açúcar a granel tipo VHP (*very high polarization*), produzido em larga escala pelo Brasil. Outras especificações de qualidade ainda melhor do que o VHP, como o VHP-plus e o VVHP, são produzidas apenas pelo Brasil. Só recentemente, exportadores como a Guatemala, a Austrália e, de forma parcial, a Tailândia começaram a oferecer produto similar ao padrão básico brasileiro de VHP. Portanto, mesmo em um cenário de excedentes globais, o produto brasileiro tem encontrado colocação preferencial, ainda que o Brasil tenha alcançado uma participação de mercado dominante, ao representar cerca de 50% das exportações mundiais.

E por que os produtores brasileiros continuam exportando açúcar, mesmo num cenário atual de preços baixos? Uma possível explicação advém do fato de que a exportação "não é uma foto e, sim, um filme". Um volume considerável da produção que está sendo exportada em 2013 foi precificado, em 2012, a preços que variaram entre 19,5 e 23,0 centavos por libra-peso FOB e está sendo entregue, neste momento, a esses preços com uma taxa de câmbio em que o dólar está mais valorizado do que um ano atrás.

E para o próximo ano?

Essa mesma lógica indica, entretanto, que algo deve acontecer no futuro, caso os preços permaneçam em níveis não



MARCELLO CASAL JR/ABR

atrativos ao produtor brasileiro. O principal elemento a ser considerado é o fato de que a indústria brasileira é integrada e diversificada, sendo capaz de produzir açúcar ou etanol com uma relativa flexibilidade. Esta flexibilidade aumentou nos últimos anos, com investimentos adicionais na capacidade de fabricação de produtos finais, açúcar e etanol, embora menos na capacidade total de moagem de cana.

Em 2013, o produtor/exportador brasileiro estará menos propenso a precificar as exportações de açúcar de forma antecipada, por estarem em níveis abaixo do seu custo. O produtor típico tem a possibilidade de produzir mais etanol hidratado e anidro, em vez de açúcar, e obter um preço para o etanol no mínimo equivalente aos níveis observados hoje para o açúcar. Deverá ser preferível ao produtor brasileiro produzir etanol para venda no mercado interno do que produzir açúcar para exportação tendo prejuízo, pois a possível perda com a venda do etanol poderá levar a uma reversão no preço do açúcar. A opção de produzir e vender mais açúcar, sem passar pelo caminho de maior produção de etanol, é um caminho que sela o inexorável prejuízo com o açúcar e o etanol.

No curto prazo, o mercado mundial continua observando o seu excedente e só vai apresentar reação quando acreditar, ou perceber, que a sua principal origem, o seu principal fornecedor, está se retirando parcialmente do mercado.

Possível solução: aumentar a produção de etanol

Basta que o consumo de etanol hidratado cresça 300 milhões de litros por mês para que, em termos anualizados, todo o excedente mundial de açúcar previsto para 2013/14 seja eliminado, por meio da absorção de 5,75 milhões de toneladas de açúcar equivalente. Para que isso ocorra, basta que a relação de preço entre o etanol hidratado e a gasolina atinja níveis abaixo de 65%, que seria o nível considerado suficiente para que o proprietário de carro *flex* migre o consumo a favor do etanol hidratado.

Os efeitos dessa mudança de comportamento no mercado brasileiro de combustíveis serão muito expressivos. A retomada do nível padrão de mistura de etanol anidro na gasolina, de 20% para 25%, a partir de 1º de maio de 2013, foi uma medida acertada. Não se justificava uma espera adicional para que a medida fosse implementada, como foi cogitado por alguns, para 1º de junho. Aliás, a redução de 25% para 20% implementada a partir de 1º de outubro de 2011 é, até hoje, de mérito bastante discutível, pela constatação de que havia oferta de etanol anidro suficiente, de origem doméstica e importações não gravosas, para garantir o suprimento normal necessário para os 25%.

O aumento no consumo total de anidro mais hidratado na safra 2012/13 pode atingir entre 3,5 e 5 bilhões de litros, sendo principalmente na forma de anidro. É um volume expressivo considerando o volume de importações de gasolina do Brasil nos últimos anos. Em 2012, a importação líquida de gasolina somou 3,643 bilhões de litros, com dispêndio de US$ 2,909 bilhões. Nos primeiros cinco meses de 2012 (até maio), as importações líquidas de gasolina somaram 1,649 bilhão de litros, com dispêndio de US$ 1,334 bilhão. No mesmo período de 2013, a importação líquida foi de 2,199 bilhões de litros (+ 33,3%), com dispêndio de US$ 1,656 bilhão (+ 23,6%).

O uso intensivo do etanol combustível foi incentivado no Brasil em meados da década de 1970 pela sua capacidade de substituir a gasolina e reduzir a dependência que o País possuía pela importação de petróleo e derivados. Em 1975, o Brasil importava 81% de sua demanda doméstica de petróleo e derivados. É interessante verificar que, passados trinta e oito anos, além das vantagens ambientais identificadas a favor do etanol de cana e que não compunham a justificativa original, hoje, o etanol volta a ser valorizado novamente por sua capacidade de reduzir a dependência por importação de gasolina e suas implicações para a balança comercial.

E é importante registrar que o etanol de cana limpo e renovável poderá dar essa contribuição mesmo num cenário em que o Governo, erradamente, vem subsidiando o preço da gasolina ao consumidor, em estimados 16% base refinaria, prejudicando a viabilidade econômica e a competitividade do etanol em relação à gasolina, com grave prejuízo aos produtores. Mas, isso só ocorrerá porque o mercado do açúcar não é, atualmente, uma opção viável de proteção (*hedge*) ao produtor para suas exportações de açúcar ainda a ser precificadas, nesta e na próxima safra. ■

*Mestre e doutor em Economia agrícola e presidente da DATAGRO; foi professor de Economia da EAESP-FGV

Helicoverpa armigera

Nova praga ou problema antigo?

Gustavo Ranzani Herrmann*

O ADVENTO da transgenia na agricultura nacional trouxe inúmeros avanços para o setor produtivo. Dentre as opções oferecidas ao agricultor pelas empresas, existem hoje os híbridos chamados de BT. A sigla faz menção ao nome científico da bactéria benéfica *Bacillus thuringiensis*, de conhecida ação inseticida e ingrediente ativo dos produtos comerciais de controle biológico de pragas.

A partir de genes específicos da bactéria BT, a planta adquire a mesma capacidade de repelir ou até mesmo controlar certas pragas-alvo, com diminuição considerável da necessidade de aplicação de defensivos. A tecnologia, porém, não torna a cultura livre da ação danosa de todas as pragas presentes no ecossistema. Pior do que isso, pode, no curto prazo, tornar primárias pragas de segundo plano e, no longo prazo, selecionar populações resistentes das pragas-alvo.

É praticamente impossível determinar a melhor estratégia de aplicação de defensivos, sejam eles químicos ou biológicos, sem ter o conhecimento do comportamento e da população das pragas. Para se ter uma ideia do tamanho do desafio, o mercado de produtos de monitoramento (armadilhas e feromônios) no Brasil é ínfimo, sem estatísticas oficiais e com poucas opções de produtos à venda. Embora tenhamos o segundo maior mercado de proteção de plantas, atrás apenas dos EUA, ficamos longe em relação ao monitoramento dos norte-americanos, de US$ 300 milhões.

Debater a sustentabilidade da agricultura brasileira, eleita celeiro do mundo nos últimos anos, é uma missão nobre. Contribuições de imediato podem e estão sendo feitas, como:

• Oferta de soluções biológicas para o controle de lagartas em milho, algodão e soja, com produtos à base de microrganismos, vírus e inimigos naturais;

• Participação dos debates e fóruns sobre o problema também ajuda a transferir conhecimento e tecnologia;

• Apoio institucional a empresas e produtores interessados no uso de controle biológico;

• Informações sobre legislação, produção, pesquisa, qualidade, logística, manuseio e aplicação de biopesticidas à disposição da sociedade.

O controle biológico exige pesquisa, desenvolvimento e inovação. É uma tecnologia com elevados padrões de controle de qualidade. Não se trata de novidade no mercado brasileiro, mas há muito a evoluir do ponto de vista de conhecimento. A montagem de laboratórios para "criar" insetos benéficos ou fazer "crescer" microrganismos requer perícia. É fundamental fortalecer mecanismos de apoio a toda e qualquer iniciativa de produção de organismos com potencial de uso, desde que calçados em trabalho de pesquisa e conhecimento científico.

A *Helicoverpa armigera* traz uma lição para nos ensinar. Fica a mensagem estratégica para um maior estreitamento de laços entre a indústria de defensivos, produtores e Governo. Enquanto o prejuízo de alguns traduzir-se simplesmente em lucro para outros, de fato, veremos a repetição de catástrofes no sistema de produção agrícola. A manifestação da natureza à intervenção humana não escolhe lado; somente responde com as armas que tem. ■

Manejo integrado

Na safra 2012/13, apareceu *Helicoverpa armigera* nas culturas de milho e algodão, de forma preocupante, no oeste da Bahia. O setor produtivo e o Governo tiveram de agir rápido. Associações de produtores, sindicatos, institutos de pesquisa e consultores adotaram um pacto de manejo em culturas BT. A EMBRAPA e o MAPA liberaram importação e registro de moléculas específicas de controle químico e organismos de controle biológico para *H. armigera*.

A praga é exótica, teoricamente nova, possivelmente introduzida em tempo recente na biodiversidade brasileira. Mas, o problema é antigo. Provavelmente, o inseto já estava lá, até os seus concorrentes e inimigos naturais serem aniquilados. Nos anos 80, tivemos o surgimento do bicudo-do-algodão (*Anthonomus grandis*), enquanto, na década de 1990, tivemos a broca-do-café (*Hypothenemus hampei*).

É importante a tecnologia de sementes BT ser acompanhada de conhecimento técnico com vistas a dois conceitos do sistema produtivo: o MIP (Manejo Integrado de Pragas) e o MRI (Manejo de Resistência de Insetos).

Adoção de áreas de refúgio (plantio com material genético convencional), controle inteligente de plantas daninhas, tratamento de sementes, rotação de culturas, controle químico e controle biológico de pragas são ferramentas de manejo indispensáveis à manutenção da sustentabilidade do sistema agrícola com a referida biotecnologia.

*Engenheiro agrônomo, diretor comercial da Koppert do Brasil e presidente da ABCBio (Associação das Empresas Brasileiras de Controle Biológico)

Recuperação da economia dos EUA

Vilã ou parceira?

Felippe Serigati*

ATUALMENTE, HÁ um fato contraditório na economia nacional: por que a recuperação da economia norte-americana pode não ser boa, no curto prazo, para a economia brasileira? Diretamente ligado a isso, por que a bolsa de valores de São Paulo cai enquanto a bolsa norte-americana mostra claros sinais de otimismo? Nos parágrafos a seguir, vamos discutir esses falsos paradoxos e como o universo agro deve encarar a recuperação da economia dos Estados Unidos.

São claros os sinais de fortalecimento da economia norte-americana:

- o PIB tem crescido a taxas modestas, porém consistentes;
- a taxa de desemprego tem diminuído;
- o governo tem conseguido reduzir o déficit sem comprometer a expansão da economia; e
- a inflação continua em patamares bastante confortáveis.

Por mais estranho que possa parecer à primeira vista, a recuperação da economia norte-americana pode tornar a economia brasileira menos atraente, no curto prazo. Com isso, poderia haver alguma saída de capital do Brasil, reduzindo o volume de investimentos externos e pressionando para cima a taxa de câmbio. Uma taxa de câmbio mais alta até poderia ser algo positivo para a indústria nacional e para os setores exportadores, podendo, inclusive, estimular a expansão do PIB brasileiro. Todavia, devido à atual conjuntura nacional, esse câmbio depreciado pode se tornar um entrave adicional.

O ponto é que a inflação brasileira não está em um patamar muito confortável. Uma depreciação da taxa de câmbio poderia encarecer diversos bens de consumo e insumos de produção importados, empurrando a inflação ainda mais para cima e exigindo um esforço maior do Banco Central para controlar o aumento de preços – ou seja, o aumento da taxa de juros terá que ser maior e por um período mais longo.

Uma consequência direta deste aumento na taxa de juros seria o encarecimento do crédito, reduzindo os investimentos e o consumo. Outro ponto que precisa ser avaliado é o grau de exposição das empresas brasileiras a financiamentos externos. Uma elevação da taxa de câmbio pode representar uma pressão adicional sobre o caixa das companhias que aproveitaram o crédito externo barato, comprometendo, mais uma vez, os novos investimentos.

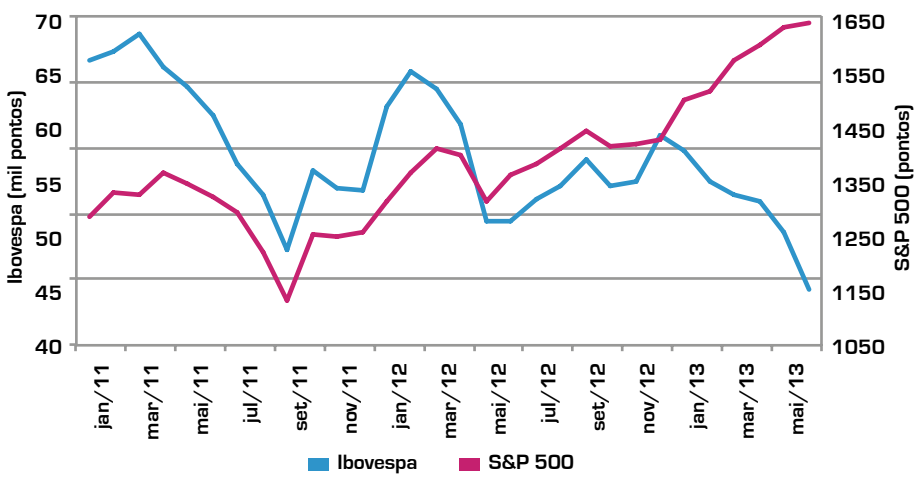
Em suma, para uma economia que, desde 2011, não consegue apresentar um ritmo de crescimento minimamente robusto, a redução dos investimentos é justamente o que ela não precisaria neste momento. Esta redução de investimentos viria por dois canais principais: (i) migração de capitais dos ativos brasileiros para ativos financeiros mais "tradicionais", que têm melhorado sua relação

A economia norte-americana está se aquecendo

	2011	2012	2013
PIB (% a.a.)	1,80%	2,20%	2,4%[1]
Taxa de desemprego	8,50%	7,80%	7,6%[2]
Inflação (% a.a.)	3,20%	2,10%	1,4%[2]
Déficit federal (% PIB)	8,60%	6,90%	6%[3]

1 – trimestre; 2 – maio; 3 – projeção.
Fonte: Federal Reserve; U.S. Bureau of Labor Statistics

Evolução das bolsas de valores: São Paulo e Nova York (Jan/11 – Jun/13)



Fonte: Quandl

retorno-risco; e (ii) maior taxa de juros. Infelizmente, a manutenção da inflação em patamares desconfortáveis por tanto tempo (desde 2010) limitou bastante as alternativas disponíveis.

A reação nos mercados financeiros

Diante desse cenário, enquanto o S&P 500 (um dos principais índices que acompanham a valorização dos papéis transacionados na Bolsa de Valores de Nova York) tem atingido picos históricos, desde o início do ano, o Ibovespa (principal índice que acompanha a valorização dos papéis negociados na Bolsa de Valores de São Paulo) tem apresentado uma tendência de queda. Esse comportamento reflete a deterioração das expectativas dos agentes com relação ao desempenho da economia brasileira, apesar do fortalecimento da maior economia do planeta.

Na verdade, é importante reconhecer que havia, desde 2009, um excesso de otimismo dos agentes externos com relação ao desempenho da economia brasileira. Talvez, o número limitado de opções atraentes para investimentos no período explique parte deste excessivo otimismo. De qualquer forma, parece claro que os investidores externos, ao reavaliar suas expectativas com relação ao Brasil, têm assumido uma posição mais cautelosa e menos eufórica do que haviam feito quatro anos atrás.

E o universo agro?

Outro subproduto da recuperação da economia norte-americana é uma tendência de queda dos preços das *commodities* agrícolas e minerais. Esse comportamento é resultado da migração de recursos alocados em ativos associados à valorização destas *commodities* e ao desempenho de mercados emergentes para os ativos financeiros mais "tradicionais".

Os produtores agrícolas brasileiros não precisam ficar muito preocupados no curto prazo; provavelmente, o novo patamar de preço das *commodities* agrícolas ainda será razoavelmente favorável. Porém, é prudente que eles não assumam como permanente a conjuntura dos últimos quatro anos. Por exemplo, durante todo este período, as taxas de juros internacionais estiveram muito baixas. Se o FED (o Banco Central dos Estados Unidos) iniciar um movimento de elevação da sua taxa de juros (talvez em 2015?), haverá uma significativa realocação de toda essa liquidez e, provavelmente, as *commodities* ficarão ainda menos atraentes.

Há outros dois fatores que podem auxiliar os produtores agrícolas:

- A taxa de câmbio brasileira pode passar a operar em patamares mais depreciados. Não está claro se o câmbio irá depreciar o suficiente para compensar a redução de preços das *commodities*, porém é quase consenso que o câmbio estará em condições mais favoráveis do que nos últimos anos.
- O preço das *commodities* minerais e energéticas tende a cair de forma mais intensa do que o das *commodities* agrícolas. Como as primeiras influenciam os custos de diversos insumos de produção do setor, esse movimento pode trazer um alívio adicional para o setor. ■

Por que as *commodities* caem enquanto as bolsas sobem?

Desde o início do ano, ficou clara a tendência de que, enquanto cai o preço de diversas *commodities* agrícolas e minerais, aumenta o valor dos ativos financeiros mais "tradicionais" (ações e títulos públicos dos países centrais, por exemplo). Por que isso tem acontecido? Por trás desse fenômeno, está a recuperação das economias norte-americana e japonesa, bem como a mudança da dinâmica do crescimento chinês.

Desde 2009, quando os mercados emergentes deram os primeiros sinais de recuperação após a crise de 2008, diversas *commodities* agrícolas e minerais cresceram fortemente até atingir seu pico histórico (em valores nominais) no início de 2011. Isso era reflexo do excesso de liquidez nos mercados financeiros, resultado das políticas de injeção maciça de dinheiro por parte dos bancos centrais dos países desenvolvidos. Como os ativos financeiros mais tradicionais não estavam atraentes, ainda deprimidos devido à crise, parte significativa dessa massa de recursos encontrou oportunidades de valorização em ativos que acompanham os movimentos das *commodities* ou o desempenho das economias emergentes (títulos públicos ou ativos de empresas que atuam nestes países). Como resultado disso, (i) o preço das *commodities* agrícolas e minerais subiu fortemente; (ii) os países emergentes receberam volumes significativos de investimento externo; e (iii) as respectivas taxas de câmbio entraram em uma trajetória de apreciação.

Aos poucos, essa conjuntura tem mudado. As reformas empregadas nos Estados Unidos e o novo modelo de política econômica do Japão têm gerado resultados positivos e, paulatinamente, têm atraído a atenção dos agentes nos mercados financeiros. Com isso, parte dos recursos que estavam investidos em ativos ligados às *commodities* e aos mercados emergentes tem migrado para ativos financeiros mais "tradicionais". Esses movimentos são refletidos nos índices das principais bolsas de valores de ambos os países: desde o início do ano, o índice Nikkei (bolsa de valores japonesa) tem crescido fortemente, e o S&P 500 (bolsa de valores norte-americana) atingiu seu pico histórico, superando o nível obtido antes da crise de 2008.

Embora não seja possível garantir que essa situação não será revertida no curto prazo, é razoável supor que, no médio prazo, esta é a tendência: conforme as economias centrais vão se recuperando, os preços das *commodities* vão diminuindo. Provavelmente, essa redução será mais intensa para as *commodities* minerais do que para as agrícolas, pois a China está migrando de um crescimento puxado pelo investimento para um crescimento liderado pelo consumo. Este consumo ainda vai manter uma demanda aquecida por *commodities* agrícolas, mas a redução do investimento em infraestrutura irá desaquecer o mercado das *commodities* minerais e energéticas.

*Doutorando em Economia pela FGV/EESP e pesquisador do GV Agro (felippeserigati@gmail.com)

Plano Agrícola e Pecuário 2013/14

Rumo a 190 milhões de toneladas

A PRODUÇÃO de grãos saltou, em milhões de toneladas, de 123 a 184 entre as safras 2002/03 e 2012/13. Trata-se de um crescimento expressivo, de praticamente 50%. Com uma renda estimada em R$ 450 bilhões para este ano, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) trabalha com uma colheita da ordem de 190 milhões de toneladas para a temporada 2013/14. Nas exportações do agronegócio, de abril de 2013 a maio de 2014, a receita acumulada é de US$ 99,5 bilhões.

O volume de crédito rural programado para a temporada 2013/14 está projetado em R$ 136 bilhões (custeio e comercialização ficam com R$ 97,60 bilhões e os investimentos em máquinas, irrigação e armazenagem, com R$ 38,40 bilhões). Quase 70% dos recursos serão concedidos às taxas de juros controladas, abaixo de 5,5% ao ano.

Os limites de financiamento para o grande produtor passaram de R$ 800 mil a R$ 1 milhão, no custeio, e de R$ 1,6 milhão para R$ 2,0 milhões, na comercialização. No caso dos médios produtores, de R$ 500 mil para R$ 600 mil, no custeio, e R$ 300 mil para R$ 350 mil, para investimento. Os contratos de custeio estão sujeitos a limites variáveis, de acordo com as práticas agropecuárias.

Com uma expansão perto de 400% nos dez últimos anos, a disponibilidade de crédito rural ficou bem mais folgada para o agricultor. A maior parcela dos financiamentos estimados para executar o Plano da Safra deve vir das chamadas exigibilidades bancárias, em que os agentes financeiros são obrigados a direcionar 34% dos depósitos à vista e 67% da poupança rural para o crédito agrícola. A outra parcela para garantir o crescimento na oferta do crédito rural ocorrerá por meio de aportes do Tesouro Nacional.

Um bom pedaço dos recursos para investimento vem do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), correspondente a uma taxa de juros real negativa, quando descontado o índice de inflação. Para o cooperativismo, foram reservados R$ 5,3 bilhões, com redução na taxa de juros anual de 9,0% para 6,0%.

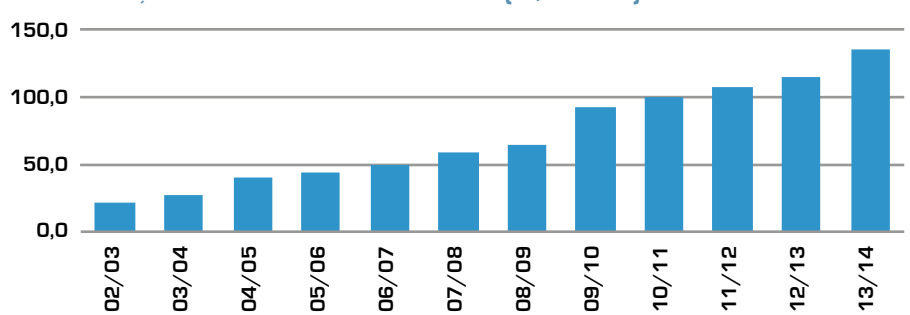
Fontes de recursos

Como o orçamento de custeio para a agropecuária gira próximo de R$ 250 bilhões, além do uso de mais recursos próprios diante da capitalização obtida nas últimas safras, os agricultores precisarão ter acesso às outras opções para a tomada de empréstimos. É o caso, por exemplo, da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), título lastreado em créditos da cadeia do agronegócio, emitido por instituições financeiras para financiar empresas e produtores. Segundo levantamento efetuado pela Cetip, companhia integradora do mercado financeiro, que funciona como cartório e depositária de papéis, os estoques de LCAs somaram R$ 25,9 bilhões em maio deste ano, contra R$ 191,1 bilhões em maio de 2012.

Também os bancos e as cooperativas de crédito, as empresas fornecedoras de insumos, *tradings* e a agroindústria desenvolvem papéis importantes como fomentadores de crédito para o agricultor rural. Os mecanismos foram introduzidos com a soja verde nos anos 80, seguidos da cédula do produto rural (CPR), com liquidação física (1994) e liquidação financeira (2001). Em 2004, foram criados os títulos de financiamento do agronegócio, com a mesma finalidade de captar recursos nos mercados de capitais para financiar os agentes do agronegócio. Hoje, operações como o *barter* (troca de insumos por grãos), venda a prazo de safra e pagamento antecipado por grãos constituem ferramentas rotineiras na concessão de crédito dos fornecedores e *tradings* aos produtores de grãos.

Outro ponto positivo no Plano foi o Programa da Agricultura de Baixo Carbono, com a ampliação da dotação de R$ 3,4 milhões para R$ 4,5 bilhões. Houve aumento no limite por produtor de R$ 1,0 milhão para R$ 3,0 milhões. Desde a sua criação, na safra 2010/11, foram realizados mais de 14 mil contratos, com R$ 4,46 bilhões dos financiamentos firmados. Nas temporadas de 2010/11 e 2011/12, foram contratados, respectivamente, R$ 418 milhões e R$ 1,042 bilhão. De junho de 2012 a abril de 2013, foram contratados R$ 2,54 bilhões.

Brasil: Evolução do crédito rural sem Pronaf (R$ bilhões)



Fonte: MAPA

Atenção para a armazenagem

O País conta com uma rede de 361 armazéns, sendo 96 públicos e 265 privados, com capacidade estática de estocagem avaliada em 145 milhões de toneladas. Conforme preconizado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a necessidade é de uma capacidade de armazenagem acima de 20% da produção. A conversão desse critério para a realidade brasileira, de colheita de 188 milhões de toneladas, significaria um déficit substancial de 75 milhões de toneladas.

Para minimizar essa diferença considerada crônica, foram reservados R$ 30 bilhões para a construção de armazéns nos próximos seis anos, correspondendo a R$ 5 bilhões para cada ano. Com este aporte, a capacidade estática da rede nacional de armazéns e silos aumentará para 65 milhões de toneladas. Isso significa a continuidade e a insuficiência na oferta de unidades de armazenagem em relação às safras futuras.

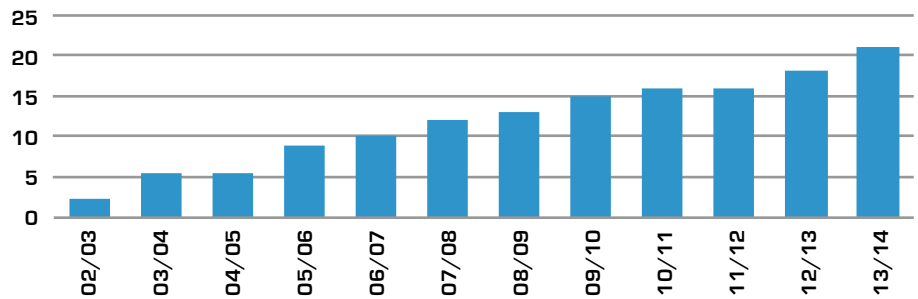
Por ora, não se fala na construção de silos e armazéns. A disponibilidade de uma estrutura adequada de armazenagem é o primeiro passo para planejar e organizar o escoamento da produção. Com isso, os produtores incorreriam em menores despesas para movimentar a colheita e teriam melhores condições para negociar a venda da mercadoria. Com o fluxo mais regular para a produção ao longo do tempo, as pressões e os gargalos nas áreas portuárias também ficariam reduzidos.

De toda forma, o Governo demonstra, depois de um longo tempo, certa preocupação com essa questão crítica da logística, apesar de não ser uma medida de impacto estrutural relevante. Prosseguir com a expansão da fronteira agrícola para o interior do País, com a dependência de acessar os portos cada vez mais longínquos, como o de Santos e Paranaguá, para realizar a exportação, é um modelo em franco esgotamento.

A viabilização e a existência de rotas de acesso para outros portos, com equipamentos e capacidade operacional, abrirão novas perspectivas para os produtores. Deixará de existir o estado de emergência na entrega rápida da produção pela escassez de armazenagem. A execução do Programa de Investimento em Logística, anunciado pelo Governo em agosto do ano passado, é aguardada com ansiedade e esperança pelo setor produtivo.

Na gestão do risco rural, o Governo reservou R$ 700 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). A elevação foi de 75% frente aos R$ 400 milhões concedidos na safra passada, mas as expectativas eram de R$ 800 milhões. Com esta cifra, o MAPA calcula ser suficiente realizar o seguro em cerca de 10 milhões de hectares. Na temporada passada, a área plantada com grãos e fibras somou 52 milhões de hectares.

Brasil: Crédito rural para o Pronaf (R$ bilhões)



Fonte: MDA

Agricultura familiar

De acordo com o Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/14, os seus produtores terão R$ 21 bilhões para financiar a próxima temporada. O valor anunciado é 16,6% maior do que o destinado ao setor no ano passado, de R$ 18 bilhões. Ao todo, serão aplicados R$ 39 bilhões no conjunto de medidas para o setor. O plano também comemora os dez anos de nascimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que começou com recursos de R$ 5,4 bilhões de financiamento de safra.

Entre as novidades anunciadas, está a ampliação do limite para enquadramento no Pronaf, de modo a permitir a busca de mais financiamento pelos agricultores. Para as famílias com renda até R$ 360 mil no último ano, o limite de financiamento de custeio por produtor passa de R$ 80 mil para R$ 100 mil. Os produtores poderão contratar até R$ 150 mil por operação, tendo o teto da taxa anual de juros queda de 4,0% para 3,5%.

Para a suinocultura, a avicultura e a fruticultura, consideradas atividades que necessitam de maior mobilização de recursos, o valor para o investimento individual será de R$ 300 mil e, em grupo, de R$ 750 mil. Para o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), mecanismo de prevenção – que permite a cobertura da parcela do financiamento – disponibilizado aos produtores rurais que contratam financiamento de custeio e investimento do Pronaf, serão destinados R$ 400 milhões.

Também estão previstas inovações no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com a ampliação do limite de aquisição anual por família, de R$ 4,5 mil para R$ 5,5 mil. No caso das famílias ligadas às cooperativas, o limite subiu de R$ 4,8 mil para 6,5 mil. Quando os projetos de venda são formados por pelo menos 50% dos cooperados com baixa renda e os produtos são exclusivamente orgânicos, agroecológicos, o limite por família passa a ser R$ 8 mil. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o segmento é responsável por 84% dos estabelecimentos rurais do País, 33% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário e 74% da mão de obra no campo. ■



Seminário

Os caminhos do agronegócio Oportunidades e investimentos

Parceria importante

Afonso Mamede*



É a primeira vez que fazemos essa parceria com a ABAG. É um trabalho importante. Da parte da infraestrutura, somos prestadores de serviço, enquanto a ABAG representa os usuários. Conseguiremos construir um grande país quando entendermos esse tipo de relação.

O Construction Congresso é composto por trinta e dois seminários e congrega 135 instituições. O programa de palestras e seminários reúne especialistas para discutir os temas atuais norteadores do mercado de edificações e de obras de infraestrutura. O objetivo é proporcionar aos participantes a oportunidade de ter acesso às mais modernas tecnologias, inovações, processos, com o envolvimento de ações para fomentar a sustentabilidade e a produtividade.

Estamos na segunda edição da Construction Expo, com 332 expositores, dos quais setenta e três são internacionais. Estão presentes quinze países: Alemanha, Argentina, Canadá, China, Colômbia, Coreia do Sul, Estados Unidos, Espanha, França, Índia, Inglaterra, Itália, Peru, Polônia e Portugal. A área total é de 46 mil metros quadrados, contra 18 mil na edição anterior.

A Sobratema (Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração), que comemora vinte e cinco anos de atividades, dedica-se ao desenvolvimento da cadeia produtiva da construção e da mineração, com ações de cunho técnico e tecnológico informativo, educacional e mercadológico. Contamos com o apoio de mais de 1000 associados e parceiros estratégicos, que englobam as principais entidades representativas de profissionais no Brasil e no exterior, além das consultoras, fabricantes de equipamentos, prestadoras de serviço e um leque de atores envolvidos com a construção.

*Presidente da Sobratema e da Feira Construction Expo 2013

Perda de competitividade

Luiz Carlos Corrêa Carvalho*



A Sobratema comemora vinte e cinco anos e a ABAG, vinte anos. Esperamos que essa relação realmente seja saudável e tenha uma evolução de forma muito consistente. Este seminário enquadra-se no que chamamos, normalmente, de fórum.

Trabalhamos para 2013 ser o grande ano da ruptura dos problemas relacionados à logística e infraestrutura, há tanto tempo comentados. O conceito da ABAG é o das cadeias produtivas, trazido da Universidade de Harvard, que analisa não só a agricultura, mas as atividades industriais e de serviços a ela relacionadas. Assistimos a recordes sucessivos de produção, acompanhados da modernização do processo produtivo, com ganhos significativos de produtividade. O desempenho foi impressionante nesses vinte anos.

O agronegócio foi considerado a âncora verde e deu efetividade ao Plano Real, de modo a permitir esses programas distributivos, com o aumento real do salário mínimo e a forte entrada de capital externo no Brasil. Falamos dessa dimensão. Nos últimos dez anos, o superávit acumulado pela balança comercial do agronegócio foi de US$ 565 bilhões, acima do registrado pelo País, de US$ 325 bilhões.

Já o mundo, apesar de ter tido um ganho de produtividade em agricultura neste período, infelizmente foi negativo na média. Estamos com uma evolução extraordinária na demanda, sem o acompanhamento da produtividade agrícola, do ponto de vista de alimentos e da energia renovável. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) mostram as suas preocupações com as dificuldades para crescer a oferta de alimentos. Além dos custos crescentes e pressões ambientais, há limitações físicas de área.

Brasil: Evolução na produção agropecuária

		1992/93	2011/12
Produção de grãos	milhões de t	68,2	165,9
Área de grãos	milhões de ha	35,6	50,8
Produção de café	milhões de sacas (60 kg)	29,0	43,5
Produção de cana	milhões de t	223,0	571,0
Produção de aves	mil t	3.144	13.249
Produção de bovinos	mil t	5.005	8.465
Produção de suínos	mil t	1.230	3.395

Fonte: IBGE/Conab

O Brasil deverá aumentar a sua oferta de tal forma a responder por 40% do crescimento necessário, não apenas para atender o incremento da demanda, mas também o consumo dos novos atores entrantes, com problemas graves de subnutrição. A mensagem para discutirmos neste Congresso é a necessidade de o Brasil se manter acelerado no processo de crescimento da produção. Mas, a dúvida é se as margens e as possibilidades existentes serão suficientes para estimular o agricultor a fazer isso. As barreiras são grandes na logística e infraestrutura.

Demos resposta na capacidade de produzir e competir. Isso não se discute. Precisamos, na logística e na infraestrutura, de uma mobilização similar à Revolução Verde realizada na agricultura. Não adianta insistir sem essa correção. É difícil produzir com a maior competitividade do mundo e sofrer grandes perdas no caminho até o consumo interno ou até o porto. Para transportar um contêiner da origem até o porto, custa US$ 1.790, no Brasil, e US$ 690, para os nossos concorrentes.

*Presidente da ABAG



Sinergia entre a Engenharia e o agronegócio

Renato Pavan*



O seminário mostra a sinergia existente entre a área de Engenharia e Construção e o agronegócio, cuja capacidade, ao longo do tempo, garante ao Brasil uma posição de desenvolvimento melhor. Um estudo do IBGE mostra que cada emprego criado no agronegócio gera cinquenta novos empregos na cidade. Então, imaginemos o significado de um tratorista ao dirigir um trator em termos, por exemplo, de postos de trabalhos nos setores de pneus, peças, componentes e motores.

Este seminário é feito para nós e os outros setores que convivem conosco. A Engenharia conhecendo e sendo conhecida pelo agronegócio, um dos maiores clientes do setor de Construção. São as estradas e os portos para atender o agronegócio. É uma oportunidade para analisar, de uma forma sistêmica, como eliminar os gargalos na questão da infraestrutura.

*Diretor presidente da Macrologística Consultoria

Demanda de infraestrutura

Edeon Vaz Ferreira*



Existe uma constatação interessante para se analisar como anda e caminha a produção agropecuária no Brasil. Do paralelo 16 S para baixo, se produz 57,6% da safra de grãos brasileira. Esta região consome 15 milhões de toneladas e exporta 9,7 milhões pelos portos de Itacoatiara, Santarém e Itaqui. O excedente de 55 milhões de toneladas vai para os portos do Sul e Sudeste. Daí, as dificuldades de acesso e a sobrecarga, principalmente dos portos de Santos, Paranaguá e Vitória. A estrutura não está preparada para as supersafras. Já, do paralelo 16 S para cima, se produz 42,4%, ou seja, 59 milhões de toneladas, com consumo de 58 milhões e superávit de 1 milhão, que é adicionado às citadas 55 milhões. Isso computa 85,3% de toda a exportação feita pelo Brasil. Esse tem sido um problema constante, com a tendência de se se agravar.

No caso específico do Mato Grosso, a produção atual, de 40 milhões de toneladas, está projetada para crescer a até 66 milhões em 2022. De acordo com a FAO, a capacidade de armazenagem deveria ser capaz de abrigar 1,2 vezes o tamanho da safra, o correspondente a 48 milhões. Mas, o volume é de 28 milhões. Teríamos de construir armazéns para suportar mais 19 milhões de toneladas e atender a produção atual. Para 2022, mais 62 milhões de toneladas.

É uma excelente oportunidade de investimento, quando se trata da construção da armazenagem. Isso, obviamente, provoca uma sobrecarga no período da colheita. A produção acaba sendo armazenada em cima de caminhões e de trens. Temos unidades sobre rodas e trilhos.

No Brasil, o programa de embarque da soja é feito em cima de uma janela no mercado internacional. Depois de fevereiro, a opção dos importadores é comprar dos Estados Unidos. No Mato Grosso, surgiu o 'fretômetro'. Nesta safra, até o porto de Paranaguá ou Santos, para levar o produto de Sorriso, custa US$ 145 por tonelada. Este valor era de US$ 62 a tonelada em 2003. A competitividade despencou. Quando fazemos o Estradeiro, chegamos a demorar 6 horas para rodar 230 quilômetros.

Custo do frete até a China, Xangai (US$ por t)

Origem	Transporte		Total
	Interno	Externo[1]	
Brasil – Sorriso (MT)	145	45	190
Argentina – Córdoba	36	66	102
EUA – Saint Louis	25	46	71

1 Marítimo
Fonte: Centrograos, Caramuru and Soy Transport Coalition

Participação dos modais de transportes

Modais	Brasil	EUA	Argentina
Rodoviário	58%	5%	80%
Ferroviário	25%	35%	18%
Aquaviário	17%	60%	2%

Fonte: CNT

Os nossos competidores possuem uma situação bem mais privilegiada. A distância média do campo até o porto na Argentina é de 300 quilômetros. Nos Estados Unidos, chega a 1.000 quilômetros, mas os modais de transporte são mais apropriados para longos percursos.

O Programa de Investimento em Logística (PIL) contempla rodovias e ferrovias, mas exclui as hidrovias. Trabalhamos para que haja inclusão. Criado para esse tipo de atuação, o Movimento Pró-Logística é a junção de interesse de dez entidades: Aprosoja, AMPA, Acrimat, Federação das Indústrias, Federação do Comércio, Famato, Instituto Ação Verde, Associação Mato-grossense dos Municípios, CREA e OCB. Definimos algumas ações de trabalho com relação à Lei nº 12.619 (Lei do Caminhoneiro) e à Medida Provisória nº 595, que revogou a Lei nº 8.630 (modernização dos portos).

A curto prazo, é necessário que haja medidas para ampliar a capacidade de escoamento dos portos. A média de Paranaguá, por exemplo, é 750 toneladas/hora, mas deveria ser de 2.000.

A questão do licenciamento ambiental é o grande problema. Hoje, com uma rodovia pronta, existente há trinta anos, para fazer outra, ao lado, é exigido EIA/RIMA. Esses assuntos são tratados no chamado grupo de coalizão, formado pela CNA, CNI, Aprosoja, ABIOVE, ANEC, ANUT, ACEBRA e ABRAPOS. Reunimo-nos na Câmara Temática de Logística e Transporte do MAPA.

Nas rodovias, as prioridades são a conclusão da BR-163 (Cuiabá a Santarém) e BR-158 (Vale do Araguaia a Marabá) e a implantação da BR-242 (Salvador a Brasília), da BR-080 (Brasília a Ribeirão Cascalheira-MT) e do terminal em Alvorada-TO; nas ferrovias, a conclusão da linha Norte-Sul (de Palmas até Anápolis) e as licitações da concessão da FICO (Ferrovia de Integração Centro-Oeste, de Campinorte a Lucas do Rio Verde) e da FIOL (Ferrovia de Integração Oeste-Leste, de Caetité até Ilhéus).

A elaboração do EVTEA (Estudo da Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental) de hidrovias (por exemplo, Madeira, Arinos, Tapajós e Juruena), o derrocamento do Pedral do Lourenço e a implantação do terminal multimodal na hidrovia do Tocantins são fundamentais.

No médio prazo, precisamos fazer o EVTEA da ferrovia Rondonópolis-Santarém e das hidrovias do Madeira, Arinos-Juruena-Teles Pires-Tapajós, Araguaia, Paraguai. Existem dois problemas: o ambiental e o indígena. Os portos do Arco Norte serão licitados ainda neste ano. Na cabotagem, em função de uma legislação arcaica e protecionista, um produto, para ir do Rio Grande do Sul a Recife, custa mais caro do que se fosse levado para a China.

*Coordenador executivo do Movimento Pró-Logística da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso)

Déficit nacional de armazenagem

Carlos Alberto Nunes Batista*



Como tema de infraestrutura, precisamos alavancar a armazenagem para acompanhar os níveis da produção ocorridos no campo e garantir a necessidade de competitividade para o produtor na hora de colher os resultados dos seus esforços para produzir.

Precisamos refletir e considerar a expansão das fronteiras do agronegócio, considerando-se que os produtores migraram do Sul do País até os limites da Amazônia Legal e do chamado Mapitoba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Sem infraestrutura, estas regiões proporcionaram boas safras. Esse cenário não é problema, mas sim um desafio para ser resolvido. Algumas áreas do País têm a produção represada pela falta de logística para escoamento.

Na projeção para 2020, temos uma capacidade portuária de até 60 milhões de toneladas para sair pelos portos de Santarém, Itacoatiara, Belém, Itaqui e, também, Salvador. Isso significa que a produção retirada da metade norte, transportada pelo modal rodoviário para os portos do Sul e Sudeste, terá nos portos do Arco Norte o seu destino natural.

O Brasil, há cinquenta anos, foi importador; há vinte anos, passou a vendedor; e, hoje, é um fornecedor concorrido. Isso só mostra, naturalmente, a eficiência do produtor brasileiro.

A FAO recomenda uma margem de segurança de 20% na armazenagem; para cada tonelada produzida, 1,2 toneladas de capacidade estática de armazenagem existente. Sendo o País supridor do mercado internacional e com janela de mercado entre fevereiro e junho, os contratos devem ser cumpridos exatamente neste período. A paridade de 1 por 1 dá a segurança necessária para não haver essa ocorrência de produtos armazenados a céu aberto, com baixa na qualidade do produto e exclusão de consumo e de comercialização.

De acordo com a Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA, a produção de milho e soja na safra 2022/23 será, respectivamente, em milhões de toneladas, de 113 e 151. Possuímos uma capacidade de armazenagem estática deficitária, que precisa ser incrementada para acompanhar essas demandas e guardar adequadamente os produtos, sem perdas e oportunidades para os produtores gerenciarem melhor os seus negócios.

Se chegarmos a uma produção total de 300 milhões de toneladas na safra de 2022/23, será uma diferença de 115 milhões de toneladas em relação ao nível atual. Na metade norte do Brasil, o déficit de armazenagem é bem superior; na metade sul, é mais ou menos localizado. O maior problema está exatamente onde ocorre o maior volume de produção.

A falta de armazenagem tira do produtor a possibilidade de comercializar na oportunidade mais adequada e pressiona a

Taxa de armazenagem nas fazendas

Região	Participação
EUA	55% a 66%
Austrália	35%
Europa	35%
Argentina	35% a 45%
Canadá	85%
Brasil	35%

Fonte: Conab

infraestrutura viária e os armazéns intermediários e coletores. O País possui um déficit de 40 milhões de toneladas. Na média, cada tonelada da construção estática está orçada em R$ 380. Para cobrir a defasagem atual, serão necessários R$ 15,2 bilhões. Se tomarmos a projeção para 2020/23, a cifra vai para R$ 60,4 bilhões.

O Plano Agrícola e Pecuário para 2013/14 prevê a disponibilização de recursos para a construção de armazéns. Isso trará maior atratividade para os investidores, e conseguiremos equalizar a produção com a capacidade estática de armazenagem. O Plano Nacional de Armazenagem começa a ser definido. A taxa de juros é de 3,5%. O prazo chega a quinze anos, com carência de três anos. Existem microrregiões beneficiadas com maior carência, como o estado do Maranhão, Piauí, Tocantins, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Paraná.

*Secretário executivo da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio do Ministério da Agricultura

Planejamento é fundamental

Oliver Girard*



Hoje em dia, estamos com um sistema portuário prioritariamente estatal. Temos sete autoridades portuárias federais nos principais portos brasileiros, com o restante *sub judice* das autoridades estaduais. Paralelamente, assistimos a uma crescente demanda não atendida nas movimentações da balança comercial.

Houve uma grande mudança no marco regulatório no último ano. Isso beneficiará o crescimento e a ampliação do sistema portuário brasileiro. Falamos da MP-595, que virou lei, com mudanças grandes no sistema, em temos de incentivar a formação e a iniciativa de portos público-privados. Com o crescimento previsto tanto do agronegócio, quanto das *commodities* minerais e, em menor escala, de parte dos produtos industrializados, a demanda crescerá, e necessitaremos de mais portos.

O lançamento do Plano de Investimento em Logística também é uma mudança no marco regulatório. Criou-se uma série de benefícios para a execução de novas concessões ferroviárias e rodoviárias no Brasil, junto com a formação da EPL (Empresa de Planejamento e Logística). O problema do porto não resolvido sem a solução do seu acesso.

É muito importante essa nova fase de incentivo à iniciativa privada investir na infraestrutura brasileira. A competitividade aumentará. Muitos operadores ferroviários acomodados procurarão aumentar a eficiência para melhorar a sua própria rentabilidade.

A Macrologística foi contratada pela CNI, por muitos dos fundadores do Movimento Pró-Logística e, mais recentemente, pela CNA para montar um grande planejamento estratégico da infraestrutura de logística e transporte de cargas para todo o Brasil. Em 2012, entregamos o projeto Nordeste Competitivo e o projeto Sul Competitivo. Agora, devemos entregar o Centro-Oeste Competitivo e, no segundo semestre, começaremos o projeto Sudeste Competitivo.

O objetivo destes projetos é integrar física e economicamente os estados, para tornar os sistemas logísticos mais competitivos, com a redução do custo logístico total. Olhamos a origem e o destino da produção, para calcular o menor custo para levar do ponto A ao ponto B, com os fluxos e as alternativas atuais e potenciais.

Inserido no conceito de eixo integrado de desenvolvimento, o sistema logístico possui quatro pilares muito importantes: a logística, a energia, a telemática e a capacitação de mão de obra. Sem um deles, não traremos desenvolvimento para uma região.

A iniciativa privada está podendo falar realmente o que necessita. Desde o princípio, trabalhamos a quatro mãos com a iniciativa pública, seja do governo federal ou estadual. Conversamos com o Ministério da Agricultura, com o Ministério dos Transportes, a Secretaria Especial de Portos, agências reguladoras e com todos os governos estaduais.

Fizemos mais de 800 entrevistas pessoais, com associações produtivas dos diversos portos, *tradings*, empresas pequenas e localizadas, autarquias. Reunimo-nos com os representantes dos países que fazem fronteira com o Brasil. Os famosos corredores bioceânicos podem ser realidade. Temos produtos do *agribusiness*, mas também químicos, plásticos, veículos, autopeças, e vários outros. Mais de 100 produtos foram analisados.

Por meio de uma matriz de priorização de investimentos, escolhemos os projetos logísticos mais relevantes, em termos de maior competitividade, pela redução de custos de logística e transportes. No caso da região Sul, se os oito eixos selecionados forem realizados, com envolvimento de cinquenta e um projetos, teremos uma redução de custo de logística e transporte de R$ 3,4 bilhões ao ano. Este valor corresponde a 7% do custo logístico de transportes, enquanto o investimento de R$ 15,2 bilhões terá retorno em menos de cinco anos.

Para investir bem, o planejamento é fundamental. Com o Canal do Panamá em expansão, o termo *panamax* mudará. Em vez de se constituir em 65 mil toneladas, o novo *panamax* transportará 130 mil toneladas. No Arco Norte, os portos devem permitir a saída com produtos em navios tipo *capesize*. Vamos olhar os empreendimentos de forma sistêmica. ■

*Sócio-diretor da Macrologística

Jbis

NESTE ANO,
MINAS GERAIS,
O ESTADO DO CAFÉ,
VAI RECEBER
O MUNDO DO CAFÉ.

Semana Internacional do Café
Minas Gerais • Brasil • 2013



De 9 a 13 de setembro
Expominas - Belo Horizonte – Minas Gerais

Em setembro, Minas Gerais, o maior estado produtor de café do Brasil, promoverá a Semana Internacional do Café. O evento irá sediar a reunião de 50 anos da Organização Internacional do Café (OIC), com a participação de mais de 70 países, e a 8ª edição do Espaço Café Brasil, a maior feira do setor na América Latina.
Faça como toda a cadeia produtiva do café e marque já a sua presença.

www.semanainternacionaldocafe.com.br

8º ESPAÇO CAFÉ BRASIL
Feira Internacional de Café

Comercial:
www.espacocafebrasil.com.br
+ 55 11 3586-2233

Realização:

50 anos | ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ · CAFÉ EDITORA · SEBRAE · SISTEMA FAEMG · GOVERNO DE MINAS AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO · Ministério das Relações Exteriores · Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento · GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



APROSOJA - JOSÉ MEDEIROS

Aprosoja avalia 2013 como um ano de grandes conquistas

União que gera bons frutos

Carlos Fávaro*



A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), há oito anos, busca unir a classe dos produtores rurais, valorizando-os e atuando para que seus direitos sejam garantidos e que a produção de grãos seja uma atividade rentável para todos. Nos últimos dezoito meses, desde que assumimos a diretoria da entidade, trabalhamos diariamente para que estes objetivos sejam alcançados, participando de reuniões que ajudem a atenuar problemas politicamente, realizando eventos que levem informações essenciais aos produtores rurais, levantando as demandas do setor e tentando solucionar impasses, até juridicamente.

No último um ano e meio, fomos marcados por diversas conquistas. Dentro da porteira, os produtores sempre mostraram que sabem trabalhar para fazer de Mato Grosso o maior estado produtor de grãos deste país. E, da porteira para fora, nossa equipe de colaboradores e consultores trabalhou para que os anseios dos produtores rurais fossem atendidos e para que mudanças importantes acontecessem no agronegócio.

Reforçamos algumas áreas estratégicas, especialmente aquelas que possam colaborar para trazer rentabilidade aos produtores, trabalhando e cobrando a melhoria da infraestrutura e logística de escoamento da produção, desenvolvendo iniciativas e projetos de relacionamento institucional, especialmente com os poderes e órgãos diretamente ligados à nossa atividade.

Também buscamos pesquisas e estudos que auxiliem o manejo e controle de doenças e pragas, além de soluções para gargalos estruturais crônicos, como armazenagem, escoamento e disponibilidade de mão de obra. A cada safra, estes problemas se tornam maiores, o que exige ainda mais articulação e organização da nossa entidade e lideranças para enfrentá-los.

Certamente, as vitórias alcançadas nas ações judiciais contra a cobrança ilegal de *royalties*, que ocorreram depois da Famato e os Sindicatos Rurais, com apoio da Aprosoja, ingressarem na Justiça, e com o ganho de causa em relação ao Funrural são dignas de citação. As medidas beneficiaram os associados e mostraram o papel fundamental da entidade para assegurar os direitos dos produtores rurais.

Nas próximas páginas, apresentaremos um resumo destas conquistas e, também, eventos importantes realizados pela Aprosoja, para que os associados tenham em mãos informações fundamentadas para tomar as melhores decisões em seus negócios.

O Circuito Aprosoja é um exemplo da importância e abrangência da associação. Durante quatro semanas, nossas equipes percorreram os vinte e dois núcleos, que são os principais municípios produtores de soja e milho do estado, levando palestras para seus associados e demais interessados. Mais de 4.700 pessoas assistiram aos eventos. Neste ano, o tema escolhido pelos próprios produtores foi "Soja no mundo", e palestrantes da Argentina, China e Estados Unidos mostraram como é a produção e a demanda em seus países.

Seguindo o objetivo de levar e também recolher informações diretamente do campo, a Aprosoja realiza anualmente o Circuito Tecnológico. Em outubro do ano passado, percorremos mais quase 400 propriedades, conversando com os produtores, aplicando questionários e recolhendo amostras de sementes e fertilizantes. Com todos estes dados em mãos, conseguimos fazer um verdadeiro raio-x de cada safra, entender as demandas dos produtores e antever problemas.

E uma dessas necessidades levantadas durante o Circuito Tecnológico foi a de armazenagem. O déficit cresce a cada safra recorde que Mato Grosso produz, e não é difícil ver grãos a céu aberto nos pátios das empresas compradoras e até nas fazendas. O trabalho de sensibilização do governo federal pela Aprosoja foi feito, e conseguimos que o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para a safra 2013/14 contemplasse significativamente os investimentos em infraestrutura.

A logística, com melhorias em estradas e investimentos em novos modais, como o ferroviário e o hidroviário, é uma das bandeiras mais importantes da associação. Todos os anos, organizamos os Estradeiros para conhecer rotas de escoamento e seu real estado de conservação. Juntamente ao Movimento Pró-Logística, que é encabeçado pela Aprosoja, também avaliamos a viabilidade destes novos modais e apresentamos relatórios aos governos federal e estadual para que os ajustes sejam feitos.

Finalmente, mas não menos importante, vamos apresentar a trajetória da luta das entidades contra a cobrança ilegal de *royalties* sobre a soja RR1. A multinacional Monsanto cobrava, desde 2010, os *royalties* por esta tecnologia, mesmo com a patente expirada no Brasil. A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), quarenta e sete Sindicatos Rurais e a Aprosoja tomaram a frente contra esta situação e entraram na Justiça questionando as patentes. A partir deste movimento, a empresa cancelou a cobrança, a Justiça deu o direito aos produtores de depositarem os valores em juízo e, finalmente, decidiu que a cobrança não poderia ser feita. Ainda lutamos pela devolução do que foi pago indevidamente nestes anos.

Enfim, são muitas conquistas e há muito que contar sobre o trabalho da Aprosoja. Desejamos uma boa leitura!

*Produtor rural em Lucas do Rio Verde e presidente da Aprosoja-MT

Logística

Impasse para maior competitividade do agronegócio mato-grossense

Mato Grosso é o estado de destaque na produção de grãos no Brasil. Se fosse um país, seria o quarto maior produtor mundial. De acordo com estimativa do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA), a safra de soja 2013/14 terá uma área de 8,2 milhões de hectares e 25,4 milhões de toneladas, isso sem abrir novas áreas, transformando áreas de pastagem em lavouras. Os produtores detêm as tecnologias para uma produção eficiente, mas esbarram na logística para escoar a safra e competir com igualdade no mercado mundial.

O presidente da Aprosoja, Carlos Fávaro, acredita que, com investimentos massivos, o estado poderá ser ainda mais competitivo. "Temos potencial para integrar os três modais mais eficientes – o rodoviário, o ferroviário e o hidroviário –, mas, para isso, é preciso vontade política para destravar a burocracia e agilizar as obras", afirmou. A Aprosoja realiza mensalmente uma viagem do projeto Estradeiro, que visa a observação das obras nas rodovias estaduais e federais e a confecção de relatórios para ser entregues aos governos, cobrando melhorias.



Somente no segundo semestre de 2012, foram realizados dois estradeiros, pelas BR-158 e BR-163, além de um simpósio sobre a importância das hidrovias. Na BR-158, foram visitadas dez cidades dos estados de Mato Grosso, Pará e Tocantins, no início de setembro, passando pelas principais vias de escoamento da produção de soja e milho do Vale do Araguaia. "A conclusão desta rodovia encurtará em 185 quilômetros a distância para os moradores de municípios como Canarana e Querência che-

Armazenagem também é gargalo

Para uma safra competitiva, os produtores mato-grossenses precisam de logística estruturada, com modais rodoviário, ferroviário e hidroviário funcionando de forma regular. Além disso, é preciso que haja estrutura para o escoamento da safra em outros setores, como a armazenagem.

O estado vai produzir, entre soja e milho, mais de 40 milhões de toneladas. Este volume ultrapassa em 28% a capacidade estática de armazenamento do estado. A imagem que se espera ver, nos municípios produtores, é a de milho a céu aberto no final do mês de julho, pois não há locais suficientes para armazenar mais uma supersafra.

A demanda dos produtores por armazenagem não é nova. Já, no início deste ano, quando Neri Geller assumiu a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Aprosoja vem se reunindo para levar ao governo federal a necessidade de reforçar os investimentos neste setor. No início do mês de junho, foi anunciado o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), que contemplou parte das solicitações. São R$ 136 bilhões para custeio, comercialização e investimentos.





garem à capital, Cuiabá", explicou o diretor executivo do Movimento Pró-Logística, Edeon Vaz Ferreira.

O Estradeiro pela BR-163 levou muitos participantes do Movimento Pró-Logística, produtores rurais, técnicos e empreendedores até Santarém, no Pará, no mês de novembro. Mais uma vez, a comitiva avaliou o andamento das obras, como pavimentação e construção de pontes. A maior parte do que sai do estado em direção aos portos do Sul ou do Norte do país segue pelas estradas. Somente na extensão Centro-Norte da rodovia BR-163, concentram-se aproximadamente 50% da produção de soja do estado. Esta rodovia é a alternativa que Mato Grosso tem de ligação aos portos do Arco Norte.

Dentro do Movimento Pró-Logística, são realizados seminários e simpósios em diversos municípios mato-grossenses e até em cidades fora do estado, para levar ao público informações sobre as condições das rodovias federais e estaduais de Mato Grosso. Um dos grandes eventos realizados foi o Simpósio de Hidrovias de Mato Grosso, promovido em novembro, em Cuiabá, e que reuniu representantes de órgãos federais e estaduais diretamente ligados ao setor, produtores rurais, autoridades e universitários. O encontro foi o fechamento de uma série de reuniões com o mesmo tema que ocorreram em Alta Floresta, Sinop e Brasília.

Em 2013, já foram realizados três Estradeiros por Mato Grosso. No início de maio, produtores rurais das regiões de Tangará da Serra e Diamantino organizaram-se e solicitaram ao Movimento Pró-Logística uma expedição para verificar a viabilidade de navegação da rota até a fazenda Santo Antônio das Lendas, em Cáceres. "É um caminho pelo qual podemos escoar a safra do estado, e precisamos dar visibilidade a ele. A hidrovia já existe e está a poucos quilômetros da capital. É algo extraordinário para Mato Grosso", disse o presidente da Aprosoja, Carlos Fávaro.

Segundo os produtores rurais, é muito caro escoar a safra da região para os portos do Sul (Paranaguá e Santos), e transportando para Santarém, no Pará, os preços oscilam bastante. A construção do Terminal Fluvial de Santo Antônio das Lendas e a implantação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) serão importantes para diversos setores. Com a ZPE, as indústrias poderão ter isenções que as façam trabalhar com preços bastante competitivos e, por consequência, gerem empregos na região.

Ainda em maio, aconteceu o Estradeiro pela BR-174, uma rota também inédita que foi solicitada pelos produtores rurais da região de Juína. O agropecuarista Gilmar Gayski, de Juruena, acha absurda a falta de pavimentação asfáltica até seu município, que está distante 110 km do asfalto. "Moro aqui há trinta e dois anos, e, por incrível que pareça, o modal mais antigo de transporte do mundo, a estrada, está em condição intrafegável. Confesso que não me sinto cidadão deste país. A distância do asfalto não deixa meu produto competir com o do resto do mundo", desabafou o

produtor. Após a viagem, a equipe técnica da Aprosoja e do Movimento Pró-Logística elabora um relatório para encaminhar às autoridades federais e cobrar melhorias na rodovia.

Fechando o primeiro semestre de 2013, o Movimento Pró-Logística realizou o Estradeiro pela BR-242, em junho. Atualmente, 156 quilômetros da rodovia estão em pavimentação e 285 km, em revisão de projetos. A conclusão da BR-242 deve ligar as regiões leste e oeste, de Ribeirão Cascalheira, na BR-158, a Sorriso, pela BR-163. O objetivo deste estradeiro é verificar de perto a situação das obras e as dificuldades que serão encontradas nos trechos que ainda serão implantados e que se encontram em revisão de projetos.

A pavimentação da BR-242 possibilitará novas opções para escoar os grãos aos produtores dos municípios de Ribeirão Cascalheira, Canarana, Querência, Gaúcha do Norte, Nova Ubiratã, Paranatinga e Sorriso.

Circuito Aprosoja

O maior evento de planejamento de safra do país reuniu cerca de 5 mil pessoas em Mato Grosso

O Circuito Aprosoja, maior e mais tradicional evento para o planejamento de safra do país, inovou em sua oitava edição. Em mais de quarenta dias, cerca de 5 mil pessoas participaram do painel de debates em vinte e duas cidades diferentes. Neste ano, além do novo formato com interação do público local com os palestrantes internacionais, o evento, realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-MT), visitou duas universidades da capital.

Em seu lançamento, no início do mês de abril, em Cuiabá, cerca de 600 pessoas, entre produtores rurais, empresários, políticos e lideranças do setor, participaram de um painel na cerimônia de abertura, que abordou as tendências da economia brasileira e mundial, cenários e oportunidades do agronegócio e os reflexos na rentabilidade do homem do campo.

No dia seguinte, o Circuito seguiu para o interior. A comitiva da Aprosoja ganhou reforço internacional com o executivo chinês Lin Tan, o vice-presidente norte-americano da Associação de Soja de Illinois (ISA) Bill Raben e o consultor argentino da Associação Argentina de Consórcios Regionais de Experimentos Agrícolas (AACREA), Sebastián Gavalda, que, juntos, seguiram para Jaciara.

Após o intervalo do fim de semana, o Circuito percorreu cinco municípios da região oeste de Mato Grosso. Além do painel internacional, os produtores apresentam à Aprosoja suas principais dificuldades.

Em Diamantino, o consultor argentino Sebastián Gavaldá destacou o baixo preço de produção em seu país. "Temos muitos aspectos parecidos com o Brasil, mas uma vantagem é que a nossa produção não precisa 'viajar' mais de 400 quilômetros para chegar a um porto".

O diretor administrativo da Aprosoja, Roger Augusto Rodrigues, ressaltou a importância de se ter acesso a informações de outros países produtores. "Apesar de ser nossa vizinha, a Argentina tem coisas bem diferenciadas. Olharmos para nossos 'concorrentes' é essencial para sabermos se estamos reclamando muito ou se estamos acomodados", afirmou.



Na cidade de Campo Novo do Parecis, o Circuito foi realizado durante a programação da Parecis SuperAgro. O vice-presidente da Aprosoja na região oeste, Alex Utida, destacou a diversidade dos participantes. "Temos um público diferenciado, formado não só por produtores rurais, mas também por estudantes de áreas relacionadas ao agronegócio e empresas", disse.

Ainda na região oeste, o Circuito Aprosoja também visitou as cidades de Sapezal, Campos de Júlio e Tangará da Serra. Nestes locais, temas como o aumento de área plantada de milho nos EUA, a produção de etanol por meio do milho, na Usina Flex, e a garantia de compra chinesa dos grãos mato-grossenses foram destaques nas palestras.

De acordo com Tiago Mattosinho, superintendente do SENAR-MT, a parceria com a Aprosoja surgiu da necessidade de qualificação para enfrentar de forma mais tranquila as crises que afetam o agronegócio. "Nosso trabalho é levar a oportunidade de qualificação para o produtor rural, e o Circuito Aprosoja é um ótimo momento para estar com eles e apresentar o que temos de novidades em relação a cursos para produtores e seus funcionários", disse Mattosinho.

A segunda semana do Circuito seguiu em direção ao sul de Mato Grosso. Dessa vez, a equipe internacional era composta pelo americano Dean Campbell, representante do ISA, o argentino Carlos Pouillier, representante da AACREA, e o chinês Lin Tan.

A primeira parada foi em Alto Taquari. A região deveria ter a logística mais eficiente, já que possui um terminal ferroviário da América Latina Logística (ALL), mas sofre com o custo de escoamento. De acordo com o delegado da Aprosoja no município,



Arthur Flumian Braga, a falta de concorrência prejudica os produtores. "Em alguns momentos, não há vantagens em usar esse modal. Devido à falta de competitividade em malha ferroviária, o preço é baseado no rodoviário", explicou Flumian.

A edição do Circuito no município de Rondonópolis foi uma das que registraram maior público. Por lá, os produtores enfrentam alguns problemas logísticos. O Complexo Intermodal de Rondonópolis (CIR) será o maior do país, porém não deve atender a demanda da produção agrícola da região e vai impactar negativamente no dia a dia da população.

"Já é possível prever um grande transtorno por causa do acúmulo de caminhões no entorno do terminal, que é muito próximo da área urbana. Esse caos logístico deve-se à falta de estrutura, à ausência da duplicação do trecho da BR-163 de Rondonópolis ao terminal e ao pátio insuficiente para estacionar toda a frota de caminhões que se deve receber", explicou o vice-presidente da Aprosoja, Ricardo Tomczyk.

Alto Garças, Campo Verde e Primavera do Leste também tiveram recorde de público nesta edição. Para o delegado coordenador da Aprosoja em Primavera, Fernando Cadore, os bons resultados são reflexos do fortalecimento do núcleo e das últimas conquistas da Aprosoja, como o não pagamento do Funrural e a extinção do pagamento ilegal de *royalties*, por exemplo. "Eu me sinto orgulhoso e muito recompensado com a casa cheia", disse.

Após um intervalo de quinze dias, o Circuito Aprosoja voltou à estrada para mais duas semanas de palestras por Mato Grosso. O reinício foi pela região norte, a maior produtora de grãos do estado. Dessa vez, foram visitadas seis cidades: Nova Mutum, Tapurah, Lucas do Rio Verde, Vera, Sorriso e Sinop. As palestras sobre a soja no mundo reuniram mais de mil pessoas.

Para a delegada do núcleo de Sinop e produtora no município de Cláudia, Roseli Giachini, o sucesso do Circuito Aprosoja deve-se à representatividade da entidade. "A informação é fundamental para o produtor, e, com este evento, conseguimos levar para as cidades produtoras o que é importante. Os palestrantes internacionais deste ano foram interessantes, pois o mercado mundial afeta nossa demanda e nosso preço", frisou Roseli.

Além das informações de planejamento de safra, uma comitiva do Ministério da Agricultura, formada pelo coordenador da Comissão de Defesa Sanitária Vegetal, Wanderlei Dias Guerra, e quatro estagiários de Agronomia, está percorrendo os municípios para fazer o levantamento da distribuição de ataques da *Helicoverpa*. "Nossa preocupação é que os produtores não souberam identificar inicialmente a praga e fizeram um controle que não era eficaz", explicou Guerra.

Em Lucas do Rio Verde, o presidente da Aprosoja, Carlos Fávaro, explicou que o Circuito também é o momento para levar aos produtores novidades do setor de soja e milho e prestar contas da gestão. "Aproveitamos esta reunião de produtores associados à Aprosoja para mostrar nosso trabalho, o que realizamos no ano anterior e o que estamos planejando pela frente", disse.

O delegado coordenador do município, Otávio Gallo, ressaltou a importância de se ter convidados estrangeiros trazendo experiências para Mato Grosso. "Achei fundamentais essas palestras, pois levaram informações da China e da Argentina a que não teríamos acesso de outra forma", afirmou.

Gaúcha do Norte, Querência, Canarana, Água Boa e Nova Xavantina, estas foram as cinco cidades da região leste que receberam a 8ª edição do Circuito Aprosoja. Em Mato Grosso, estes municípios possuem forte potencial para a produção de grãos e são considerados como expoentes da nova fronteira agrícola do estado, porém ainda enfrentam algumas dificuldades, principalmente no custo de produção e escoamento, se comparado aos argentinos.

Um dos assuntos que chamaram a atenção dos produtores em Querência foi o custo de produção na Argentina. Lá se gasta aproximadamente R$ 400 reais por hectare. "Nós aqui gastamos em torno de R$ 1.200,00, com uma produção com uso de média tecnologia", explica o engenheiro agrônomo que atende os produtores do município há mais de vinte e cinco anos, Adão Calmo. Para o produtor Tiago Grando, o Circuito Aprosoja é o um intercâmbio de informações. "As palestras foram fundamentais e as conquistas da Aprosoja, importantes para a continuação da nossa atividade, o que vem fazendo grande diferença pra nós", afirmou.

Já, em Canarana, os produtores perceberam que o custo do frete por tonelada na região é três vezes mais caro do que na Argentina. "Foi o melhor Circuito que já tivemos; o tempo foi cronometrado e sentimos que os produtores gostaram muito, por ter sido uma conversa descontraída, com informações muito importantes", afirmou o presidente do Sindicato Rural e delegado coordenador da Aprosoja no município, Arlindo Cancian.

Circuito Universitário – A iniciativa de levar o Circuito para a universidade deu certo. Cerca de 400 alunos participaram das palestras internacionais em duas instituições. O gerente de Planejamento da Aprosoja, Cid Sanches, comemorou o sucesso da extensão do Circuito. "Ficamos muito felizes com a participação dos universitários. Daqui para frente, pretendemos dar continuidade ao Circuito Universitário. Acreditamos que o contato com as faculdades é produtivo, o que possibilita a criação de novas parcerias e programas", lembrou Sanches.

Royalties

Discussão sobre *royalties* é prioridade

O agronegócio mato-grossense é destaque mundial, e não é à toa. A tecnologia empregada nas lavouras faz com que os produtores rurais obtenham alta produtividade. Por isso, as entidades que representam o agronegócio apoiam e incentivam o uso da biotecnologia nas sementes de soja e milho; mas, tudo dentro do que prevê a legislação brasileira.

Desde o final do ano passado, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato) e quarenta e sete Sindicatos Rurais do estado, em parceria com a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), questionam na Justiça a validade da patente da soja Roundup Ready (RR), comercializada pela empresa de biotecnologia Monsanto. "As entidades precisam lutar pelos direitos dos produtores rurais brasileiros", disse o presidente da Aprosoja-MT, Carlos Fávaro. Atualmente, os produtores rurais de Mato Grosso estudam um acordo apresentado pela multinacional.

A Ação Coletiva está tramitando no Tribunal de Justiça de Mato Grosso desde outubro do ano passado, quando a equipe jurídica que assessora as entidades verificou que a patente da RR venceu em 2010. "Temos diversos estudos e pareceres que comprovam que a patente já está vencida e que a empresa pleiteou uma extensão. Este benefício jamais foi dado a nenhuma empresa; a lei é clara ao estabelecer o prazo de vinte anos", explicou o presidente da Famato, Rui Prado.

A Monsanto registrou a tecnologia RR no início dos anos 90, nos Estados Unidos, quando a utilizou pela primeira vez, mas a Lei de Propriedade Intelectual é de 1996. A legislação permitiu o registro das patentes *pipeline*, ou seja, a concessão do registro de



produtos que já detinham uma patente no exterior sem a necessidade de análise técnica. A multinacional quer que a Justiça brasileira reconheça que a patente deve vigorar pelo mesmo período, como prevê a lei norte-americana, mas não está obtendo sucesso.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) já recusou o pedido de extensão de patente, e a multinacional, então, entrou com uma ação na Justiça requerendo uma nova avaliação. No dia 22 de fevereiro deste ano, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso especial à multinacional, reforçando que não há extensão além dos vinte anos de validade das patentes no país, contados do primeiro depósito patentário na origem (nos EUA, em 1990).

A Monsanto recorreu da decisão, e a Terceira Turma do STJ, em junho, referendou as decisões que haviam negado estes recursos. "A decisão do STJ reforçou que vivemos em um país onde há leis e elas devem ser cumpridas", afirmou o vice-presidente da Aprosoja, Ricardo Tomczyk.

Até o fechamento desta edição, a empresa Monsanto havia suspendido a cobrança de *royalties* até o final do julgamento pelo STF.

Funrural: mais uma conquista dos produtores mato-grossenses

A Aprosoja-MT está na vanguarda da luta pelos direitos dos produtores rurais. Mato Grosso é o único estado do país onde os agricultores associados não precisam recolher o percentual destinado ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) na emissão das notas de venda de seus produtos às *tradings*.

A entidade entrou na Justiça questionando a legalidade deste pagamento, pois os empresários rurais que têm funcionários com carteira assinada já recolhem um percentual para a Previdência Social. No entendimento da Aprosoja-MT, referendado pela Justiça, os pagamentos estariam sendo feitos em dobro para um mesmo fim.

Em maio do ano passado, a Justiça deu a decisão favorável à entidade. "A nossa entidade é classista. Trabalhamos para que os direitos dos produtores rurais sejam cumpridos", ressaltou o presidente da Aprosoja-MT, Carlos Fávaro.

Entenda a ação – Em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da cobrança desta contribuição social, mas a decisão somente produziu efeitos para as partes daquele processo (produtores rurais do Paraná). Com isso, a Aprosoja-MT entendeu que seria o momento de ajuizar uma ação própria com pedido de liminar, tendo como objetivo a possibilidade do produtor associado deixar de pagar a contribuição.

A liminar foi concedida e, mais tarde, cassada e julgada improcedente em primeira instância. O departamento jurídico da Aprosoja recorreu dessa decisão ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, e obteve julgamento de mérito favorável.

O Funrural é uma contribuição social destinada a custear a seguridade (INSS) geral. Este tributo é cobrado sobre o resultado bruto da comercialização rural e descontado, pelo adquirente da produção, no momento da comercialização. A decisão do TRF só poderá ser mudada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Circuito Tecnológico

Circuito Tecnológico faz um raio-x da safra de Mato Grosso

O Circuito Tecnológico é uma expedição em que técnicos e pesquisadores parceiros da Aprosoja vão a campo conferir *in loco* como está se desenvolvendo a safra de soja. É a oportunidade dos técnicos vivenciarem o dia a dia das propriedades, ouvindo do produtor os anseios, as dificuldades, esclarecendo dúvidas. Em 2012, foi realizada a terceira edição do projeto. Durante os dez dias de viagem, as equipes coletaram amostras e informações que resultaram em um raio-x da safra 2012/13.

As informações trazidas pelas equipes de campo são valiosas para a Aprosoja e para o produtor rural, pois ajudam a traçar estratégias para melhorar o setor. Na prática, os resultados colhidos durante o Circuito Tecnológico compõem relatórios que são utilizados em ações institucionais junto aos poderes públicos. Para o produtor, estes levantamentos atuam como uma ferramenta de auxílio para a melhoria da produtividade e renda obtidas no campo.

Foram mais de 16 mil quilômetros percorridos, visitando propriedades rurais em quarenta e dois municípios. Isso significa que foram cobertos pelas equipes 746 mil hectares de soja, ou seja, 9% da área total de soja plantada no estado, que, na safra 2012/13, foi de 7,8 milhões de hectares. Além de aplicarem questionários, os técnicos da Aprosoja recolhem amostras de fertilizantes e sementes durante as visitas às propriedades. Estes materiais, depois, são enviados para laboratórios credenciados, a fim de analisar diversos itens, como, por exemplo, a qualidade destes insumos.

O Circuito Tecnológico é também uma oportunidade de estudantes de Agronomia conhecerem a realidade do campo e aprenderem ainda mais. No último ano, foram parceiras da Aprosoja as universidades Univag, UFMT e Unemat, que levaram vinte e um estudantes para a expedição. O estudante Modesto Pereira disse ter tirado muito proveito da viagem. "É interessante ver como é a realidade no campo. Esta experiência agregou mais valores ao meu conhecimento teórico", contou.



Já o acadêmico Ricardo Rottilli lembrou que a troca de experiência com os produtores rurais foi muito válida, além do entendimento de tudo o que foi aprendido em sala de aula. "Aprendemos mais sobre herbicidas, sobre plantas daninhas e doenças que, muitas vezes, nem conhecíamos", afirmou.

Durante todos os dez dias de expedição, muitos relatos de problemas foram ouvidos pela equipe técnica da Aprosoja. Como a viagem acontece em outubro, sempre é o início do plantio da safra de soja em Mato Grosso, e, em 2012, os produtores estavam preocupados com a falta de chuva. Na região sul, uma equipe verificou que muitos estavam plantando "no seco". Na fazenda Argemira, em Itiquira, por exemplo, os proprietários aguardavam o tempo ideal para que as sementes que já estavam na lavoura começassem a germinar.

Mas, como Mato Grosso é um estado muito grande, a dificuldade não se repetiu em todas as regiões. No norte, por exemplo, as equipes pegaram muita precipitação pelo caminho. Na região de Diamantino e Nova Mutum, durante a primeira semana do Circuito Tecnológico, as equipes ouviram relatos de chuvas espaçadas e irregulares, mas nada que tivesse comprometido o plantio. Outra importante verificação durante o Circuito Tecnológico é a incidência de plantas daninhas que, muitas vezes, ainda eram desconhecidas em determinadas regiões.

Os produtores rurais da região sul de Mato Grosso comentaram muito sobre uma planta daninha que começa a incomodar as lavouras de soja: a buva. Antes só encontrada no Sul do país, a buva é uma preocupação, porque é resistente ao glifosato, herbicida muito utilizado nas lavouras de soja. "A incidência desta erva daninha pode aumentar o custo de produção do produtor rural, pois ele precisará misturar diversos produtos para o controle", explica o diretor técnico da Aprosoja e coordenador do Circuito Tecnológico, Nery Ribas.

O atraso na entrega de insumos para o plantio foi outro fator bastante comentado pelos produtores com as equipes do projeto. Os técnicos ouviram relatos de atraso nos fertilizantes e até nas sementes. Na fazenda Restinga Seca, localizada no município de Deciolândia, oeste de Mato Grosso, o produtor Élio Zílio destacou que já estava com 15%, de um total de 2.600 hectares que cultiva, semeados, mas os defensivos ainda não tinham chegado. O atraso já tinha passado de trinta dias quando a equipe da Aprosoja o visitou.

E não é possível viajar por todo o estado sem perceber as condições precárias das estradas. As equipes técnicas encontraram muitos buracos no asfalto e até a falta dele em algumas regiões. No leste, por exemplo, os problemas são mais críticos, especialmente nas rodovias estaduais e nas estradas vicinais.

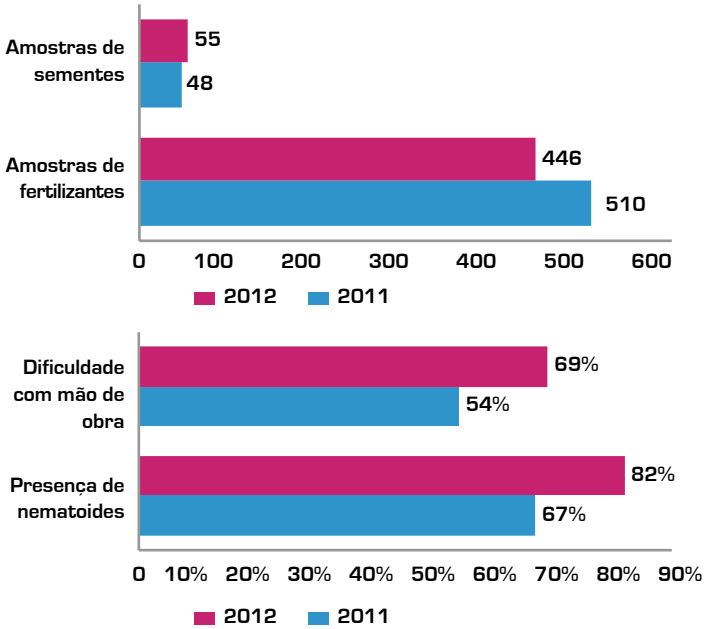
Os reflexos disso são sentidos diretamente no bolso do produtor, que tem que desembolsar mais pelo frete pago no transporte dos produtos. A logística é, sem sombra de dúvida, um dos principais gargalos enfrentados pelos produtores de Mato Grosso, que padecem pela ausência de outros modais, como hidrovias, por exemplo.



Melhorias – Os produtores rurais buscam melhorar suas condições de trabalho em diversos aspectos, diariamente. A dificuldade na contratação de mão de obra qualificada é sempre repassada às equipes técnicas da Aprosoja durante o Circuito Tecnológico, que encaminha estas demandas para o SENAR-MT. "Nós temos dificuldade para encontrar funcionários qualificados porque os equipamentos exigem um grau maior de escolaridade. A mão de obra no campo tem que se aperfeiçoar a cada lançamento de máquina ou novo produto", comentou o produtor Genes José Carlins, da fazenda Itacorá, instalada no município de Lucas do Rio Verde.

As preocupações também são frequentes em relação às leis que regem o trabalho rural e o meio ambiente. Por isso, muitos produtores estão aderindo ao programa Soja Plus, uma parceria da Aprosoja e da ABIOVE, para levar estas informações ao campo. As equipes do Circuito Tecnológico visitaram diversas fazendas onde os proprietários e até funcionários já participaram de cursos de qualificação e receberam orientação dos supervisores de projeto da Aprosoja.

Circuito Tecnológico Aprosoja



Depois de dez dias viajando por todo Mato Grosso, os técnicos conseguiram tabular importantes resultados para a agricultura do estado. Entre os resultados compilados pelos técnicos, está a alta incidência de nematoides nas áreas visitadas pela expedição. Em 80% das lavouras, foi verificada a presença de algum tipo do verme de solo.

A carência de mão de obra profissional voltou a ser apontada como um dos gargalos do setor. Embora mais de 74% dos produtores entrevistados pelo Circuito tenham afirmado que o parque de máquinas agrícolas é adequado à produção de grãos, a falta de profissionais especializados para lidar com os veículos tem preocupado o setor.

IOPD/ISGA

Participação em debates internacionais

A Aprosoja, além de ser uma entidade representativa com forte presença e atuação no Brasil, também atua nas discussões internacionais sobre oleaginosas. Participa, por exemplo, das edições do Diálogo Internacional de Produtores de Oleaginosas (IOPD, sigla em inglês). O encontro reúne os principais países produtores e exportadores de oleaginosas, tais como Estados Unidos, Argentina, União Europeia, Brasil, China e Índia. No ano passado, em Londres, o presidente da Aprosoja, Carlos Fávaro, representou o Brasil no evento e apresentou, em sua palestra, um panorama geral da produção, consumo e exportação de óleo, farelo e soja em grão do país. O objetivo do encontro é debater oportunidades em comum entre os produtores, tais como desenvolvimento de novos mercados, expansão dos biocombustíveis, produção sustentável, entre outros temas importantes para o setor da soja mundialmente.

Outra importante participação internacional da Aprosoja é na Aliança Internacional de Produtores de Soja (ISGA). Por meio da colaboração, os membros da ISGA tentarão garantir que as sementes oleaginosas continuem sendo a fonte principal de produtos industriais, de alimentos e rações no mundo inteiro. Em 2012, uma delegação composta por produtores do Brasil, Estados Unidos, Paraguai, Argentina e Uruguai, todos membros do ISGA, debateram a liberação da comercialização de novos eventos de biotecnologia na Europa. ■

Extensão rural

Inovações e sustentabilidade no campo

João Sereno Lammel*


João Sereno Lammel

ESTUDO DA Embrapa mostra os benefícios dos ganhos de produtividade no campo: entre 1970 e 2010, o preço real dos alimentos reduziu-se pela metade. Para a agricultura alcançar tal desempenho, há dois fatores estratégicos: um deles é a adoção de inovações tecnológicas. Além do aumento da produtividade, os avanços trazem ganhos ambientais; basta ver como o aumento da produção tem sido infinitamente superior à abertura de novas áreas. O outro fator decisivo é uma política efetiva de assistência técnica e extensão rural aos agricultores.

De acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, da Presidência da República, a assistência técnica aos médios agricultores e às propriedades familiares chega a quadruplicar seus ganhos: a renda média aumenta de R$ 639 por hectare para R$ 2.309. A FAO, órgão da ONU para Agricultura e Alimentação, chega a conclusões semelhantes. O órgão avalia que, nos países de baixa renda e em desenvolvimento, os recursos aplicados em pesquisa são os instrumentos mais efetivos de apoio à agropecuária; aponta, ainda, a importância dos investimentos em infraestrutura, crédito para aquisição de insumos e educação do agricultor.

Esses dados demonstram que as empresas que pesquisam e desenvolvem novos ingredientes ativos para a proteção de cultivos no País estão no rumo certo da extensão do saber ao campo. São inúmeras ações de educação e sustentabilidade, desenvolvidas há muitos anos. Apenas alguns exemplos a ser mencionados: o Sistema Integrado de Manejo na Produção Agrícola Sustentável (SIMPAS); uma parceria entre a ABAG, ABRASEM, ANDA, Andef, Faculdade Dr. Francisco Maeda e IPNI (International Plant Nutrition Institute); o curso MBA em Fitossanidade, em parceria com o IAC, de Campinas; o Programa EcoVegetal, que tem o apoio do Instituto Ambiental do Paraná; e o Fórum Inovação, Agricultura e Alimentos, realizado com o apoio da ABAG e com a parceria estratégica da FAO/ONU.

Outra iniciativa que merece destaque é o Prêmio Andef, que alcançou, no dia 24 de junho último, sua 16ª edição, com o tema "Inovação e Sustentabilidade – Uma nova revolução verde". Este trabalho da Associação Nacional de Defesa Vegetal, singular em todo o mundo, é desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, (inpEV), a Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Fundação de Estudos Agrários, da Esalq-USP. Neste ano, a premiação passou a contar também com a parceria da Enactus, organização internacional que reúne acadêmicos e líderes de instituições públicas e empresariais, e da Associação Brasileira das Agências de Comunicação (Abracom).

Comparando alguns números atuais do País com o que havia no ano de 1998, quando foi criado o Prêmio Andef, percebe-se a dimensão de sua trajetória. O Brasil era formado por uma população de 135 milhões de pessoas, e, no mundo, havia 5 bilhões de habitantes; ou seja, em apenas dezesseis anos, o planeta ganhou mais 2 bilhões de pessoas para alimentar.

A produção rural apenas começava a delinear os contornos do vigoroso agronegócio que, hoje, o mundo tanto admira; o País colhia uma safra de 66 milhões de toneladas de grãos. De novo: em apenas dezesseis anos, o Brasil praticamente triplicou a colheita, que, neste ano, foi de 184 milhões de toneladas. Em todos esses anos, não faltaram dificuldades para os setores produtivos. E, nunca é demais enfatizar alguns desses percalços, tais como ineficiências na infraestrutura de armazenagem e transportes; excessiva carga tributária; e anacronismo e lentidão no marco regulatório, são fatores que mantêm o elevado Custo Brasil e inibem um avanço mais vigoroso do desenvolvimento.

Na 16ª edição do Prêmio Andef, o conjunto de ações e projetos de educação do setor de defensivos agrícolas no ano de 2012 capacitou e beneficiou 6.114.987 milhões agricultores. O aumento no número de agricultores beneficiados, em relação ao ano anterior, foi de expressivos 42%. Tais resultados permitem afirmar, sem dúvida, que o Prêmio Andef é, hoje, em quantidade, qualidade e efetividade dos projetos, a maior premiação da agricultura brasileira. Sobretudo, porque os seus resultados traduzem-se em mais e melhores alimentos nas mesas de milhões de brasileiros e em todo o mundo. ■

*Engenheiro agrônomo e presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

GOVERNO LIBERA R$ 136 BI PARA A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Embora o volume de recursos seja o mais alto da história, o Sistema OCB defende a criação de um planejamento nacional, a longo prazo

As famílias que vivem da agropecuária brasileira foram surpreendidas, positivamente, no início deste mês, com o anúncio do valor destinado ao Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014. Para o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, a política anunciada resolve uma série de necessidades históricas da agropecuária nacional, trazendo uma boa perspectiva de crescimento aos integrantes da cadeia produtiva.

"Trata-se de um plano robusto, bem construído e bastante consistente. Se atende bem o agricultor, atende as cooperativas", elogiou o dirigente. A afirmação de Freitas tem razão de ser. Hoje, as cooperativas brasileiras respondem por mais da metade da produção agrícola brasileira, segundo dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2006.

Com relação à questão específica da armazenagem, Freitas avaliou: "Nossa safra não cabe em nossos armazéns. O Governo divulgou um plano muito bom, destinando R$ 25 milhões para resolver esse problema. Foi uma ação inteligente, já que precisamos melhorar todos os aspectos da logística de escoamento".

Também sobre esse ponto, a presidenta Dilma Rousseff destacou a importância de uma atuação conjunta entre Governo e iniciativa privada, chamando a atenção para o papel das cooperativas. "Essa combinação vai garantir que tenhamos a armazenagem que o País necessita", disse a presidenta.

Planejamento – Ainda a respeito das medidas anunciadas, Freitas fez uma ressalva quanto à redução aplicada às taxas de juros: "Ainda não estão como gostaríamos. Vamos continuar trabalhando junto ao poder público para alcançar o patamar ideal, afinal, mais do que um plano, o Brasil precisa de um planejamento agrícola nacional e de longo prazo".

A presidenta Dilma, numa referência direta ao cooperativismo, enfatizou que "além de ampliar os recursos disponíveis, o Governo reduzirá as taxas de juros para capital de giro." Ela informou que os limites de financiamento em programas que assistem diretamente às cooperativas brasileiras, como o PRODECOOP e o PROCAP-AGRO, aumentaram para R$ 5,3 bilhões. Já a taxa de juros para a modalidade capital de giro caiu de 9% para 6,5% ao ano, mas esta redução ainda não é considerada ideal pelo Sistema OCB. Outro destaque foi o aumento no volume de recursos da subvenção ao prêmio do seguro rural para R$ 700 milhões – alta de 75% em relação à safra anterior.



ROOSEWELT PINHEIRO/ABR



SXC.HU

A posição do cooperativismo

O Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014 é o mais abrangente e maior em volume financeiro já lançado no Brasil. O total de recursos liberados para a próxima safra é de R$ 136 bilhões, sendo R$ 97,6 bi para financiamentos de custeio e comercialização e R$ 38,4 bi para os programas de investimento. Em relação ao crédito disponibilizado na temporada que terminou no dia 30 de junho deste ano, a alta é de 18%.

O que o ganhamos com isso?

– Aumento do montante de recursos para a subvenção ao prêmio do seguro rural de R$ 400 milhões para R$ 700 milhões (alta de 75%);

– Aumento do montante global de recursos para o Plano Agrícola e Pecuário de R$ 115,25 bilhões para R$ 136 bilhões (18% de crescimento);

– Alocação de recursos para o Programa Nacional de Armazenagem (R$ 25 bilhões para os próximos cinco anos, com juros de 3,5% ao ano e prazo de quinze anos);

– Criação de novos programas de investimentos em irrigação e em inovação e tecnologia;

– Criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), vinculada à Embrapa;

– Redução dos juros do PROCAP-AGRO (giro de 9,0% para 6,5% ao ano);

– Aumento do limite de financiamento de custeio por produtor de R$ 800 mil para R$ 1 milhão por safra (alta de 25%);

– Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) – redução da taxa de juros de 5,0% para 4,5% ao ano e aumento do montante de recursos de R$ 11,5 bilhões para R$ 13,2 bilhões.

Pontos que merecem adequações

– Não houve elevação dos volumes de recursos por cooperativas do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP), ou seja, ainda permanece o limite de R$ 100 milhões;

– Os preços mínimos não sofreram reajustes, embora os custos de produção tenham aumentado nas últimas safras;

– Não houve ainda a regulamentação do Fundo de Catástrofe;

– Não houve ainda a redução das taxas de juros para custeio e investimentos da agricultura.

Diário de bordo

Viva a diferença!



Roberto Rodrigues*

A PEQUENA variação do PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2013 anunciada pelo IBGE acendeu uma luz amarela para o Governo. Parece que finalmente caiu a ficha: o modelo de crescimento baseado no consumo – sem investimentos que garantam o aumento da produção para atender a demanda – realmente não se sustenta no longo prazo. Sem investimentos e sem produção, o aumento do consumo tem que ser atendido por importações, e isso acaba gerando desindustrialização, o que leva a desemprego e alguma estagflação, cenário inteiramente indesejável para um ano pré-eleitoral, durante o qual o Governo precisa mostrar serviço, sem permitir que a economia desande. Todo mundo sabe que o maior cabo eleitoral é a economia: se ela vai bem, reeleição na certa; se vai mal, as coisas se complicam.

Analistas políticos que observam o cenário eleitoral brasileiro têm repetido que não vai dar tempo de a economia desandar até outubro de 2014 – data das eleições para presidente, governadores, parte do Senado e para a Câmara Federal e Assembleias Legislativas estaduais. E, mais ainda, argumentam que, mesmo que a macroeconomia tenha problemas – como inflação, por exemplo –, isso não afetaria duramente a renda da maioria dos eleitores, e os benefícios do Bolsa Família e assemelhados compensariam com sobra eventuais perdas da classe média, de modo que a reeleição estaria garantida. Mas, asseguram que os reflexos para o segundo mandato poderiam ser sombrios, criando dificuldades para o Governo manter-se nas eleições seguintes, de 2018. É claro que tudo isso é especulação, e, como dizia Tancredo Neves, política é como nuvem: muda de dez em dez minutos...

Apesar disso, a tal luz amarela acendeu mesmo, e o Governo resolveu atacar a questão dos investimentos em infraestrutura e logística, gargalo apontado pelos especialistas há mais de quinze anos e relegado a plano secundário pelos diferentes mandatários ao longo de todo este tempo.

Antes tarde do que nunca! Espera-se, agora, que as concessões para rodovias e ferrovias aconteçam, bem como os portos sejam finalmente modernizados, após o difícil debate sobre esse tema nas últimas semanas de maio.

Também é claro que, mesmo que a pesada burocracia permita agilização das concessões, o final das obras levará ainda alguns anos, de modo que o gargalo logístico continuará a sacrificar o crescimento do agronegócio, setor que, por sinal, mais uma vez impediu que o PIB deste primeiro trimestre tivesse crescimento negativo ou nulo.

Com efeito, a variação do primeiro trimestre de 2013 sobre o último de 2012 foi de 0,6% – decepcionante. A indústria caiu 0,3%; os serviços cresceram 0,5%; e a agropecuária aumentou 9,7%! Pena que o PIB da agropecuária seja pouco mais de 5% do PIB total do País, de modo que seu sucesso espetacular não possa influenciar mais positivamente o conjunto. Mas, vale lembrar que o PIB do agronegócio todo representa 23% do nacional e depende destes 5%. Portanto, o peso relativo do campo é bem maior.

E como se explica isso? Fácil: tivemos uma safra recorde de soja com preços altos, puxados pela seca americana do ano passado. Simples assim? Nem tanto. Essa explicação ficaria ainda mais evidente se a comparação fosse entre o PIB do primeiro trimestre do ano passado e o deste ano: cresceu 1,9%, mas o PIB do agro cresceu 17%, enquanto a indústria caiu 1,4%!

Mas, se compararmos o total dos últimos quatro trimestres com os quatro anteriores, o crescimento do PIB seria de 1,2% apenas e o do agro, de 3,9%. Nesse caso, a diferença determinada pela soja desapareceria.

Portanto, há outra explicação – até porque o agro tem crescido sempre mais do que o total –: é tecnologia, inovação, investimento em conhecimento. Foi isso o que fizeram nossos órgãos de pesquisa e que os produtores rurais aplicaram.

Essa é a verdadeira razão: o setor agropecuário fez um ajuste duríssimo depois dos planos de estabilização da economia, baseado em inovação e gestão. Isso fez a diferença em favor do setor. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo

Produzir

Agrojornalista



Cesário Ramalho da Silva*

O JORNAL O Estado de S. Paulo é um dos signatários da ata de fundação da Sociedade Rural Brasileira, datada de 19 de maio de 1919. Por si só, esse fato já exemplifica a ligação da família Mesquita, proprietária do periódico, com a agricultura. Os Mesquita tinham laços com os grandes produtores de café do final do século XIX e do início do século XX. O café era o principal produto agrícola da época, sendo também o carro-chefe da economia brasileira no período. E os cafeicultores foram protagonistas também da fundação da Rural.

Muito já se falou sobre o legado de coragem, profissionalismo, espírito democrático, justiça, sabedoria, entre tantos outros atributos, deixado pelo Dr. Ruy Mesquita, falecido recentemente, no último dia 21 de maio, acometido de câncer. Também se falou bastante sobre seu forte vínculo com a agricultura, especialmente pelas palavras do articulista Xico Graziano, em seu texto "O jornalista fazendeiro".

O Dr. Ruy nasceu em 16 de abril de 1925, na cidade de São Paulo, filho do jornalista Júlio de Mesquita Filho e de Marina Vieira de Carvalho Mesquita. Cresceu no seio de uma das mais tradicionais famílias de jornalistas do Brasil. Além do amor ao jornalismo, o Dr. Ruy tinha paixão também pela agricultura, como diz o ex-secretário da Agricultura de São Paulo e amigo do Dr. Ruy, João de Almeida Sampaio Filho, bem como também destacou Graziano ao assinalar que "o grande jornalista adorava as coisas do campo. Era um verdadeiro agricultor".

João Sampaio faz o relato de um "causo" que ilustra bem o casamento promovido pelo Dr. Ruy entre o jornalismo e a realidade da agricultura. Sampaio conta que, além da plantação de seringueira, em sua fazenda na cidade mineira de Frutal, o Dr. Ruy também investiu no cultivo de coco. Localizada às margens do Rio Grande, a propriedade rural, ressalta Sampaio, não era muito grande, e, por isso, o Dr. Ruy procurava investir em produtos agrícolas que tivessem maior potencial de agregação de valor.

Estimulado pelas perspectivas do produto, injetou recursos na produção de coco. João Sampaio conta que o Dr. Ruy substituiu uma área de pastagem e, ali, implantou o coqueiral. A plantação exigiu um investimento significativo, com equipamentos e manejo para agricultura irrigada.

Já com a atividade a todo vapor, João Sampaio recorda que o Dr. Ruy recebeu de um amigo um vídeo que tratava do processo de produção do coco. O material pontuava que existiam mais de duas centenas de pragas que atacavam a plantação de coco, colocando em risco sua existência e prosperidade.

O Dr. Ruy, diz João Sampaio, tomou conhecimento do vídeo e, em seguida, sabiamente, exclamou que o problema é que os agricultores procuravam se informar, conhecer bastante sobre as pragas que danificavam as plantações, atingiam as lavouras e dilapidavam a produção, mas se esqueciam de que existiam "muitas outras pragas" além das fronteiras da fazenda que eram muito mais prejudiciais para a agricultura.

"Pragas" que conhecemos muito bem e atendem pelo nome de infraestrutura logística ruim, inseguranças jurídicas das mais variadas, carga tributária asfixiante, legislações ambiental e trabalhista complexas e desconectadas com a realidade, e assim por diante. Sábio Dr. Ruy.

O doutor sempre expressava seu respeito pela agricultura, enaltecendo-a como a mola propulsora do País. Sob sua responsabilidade, os editoriais do Estadão, quando tratavam do agro, sempre o faziam com grande conhecimento de causa, destacando os benefícios da agricultura, citando mazelas da atividade, criticando, propondo soluções, nunca de maneira ideológica e com absoluta propriedade e domínio sobre o assunto.

Dr. Ruy, lembra João Sampaio, discordava de quem batia na tecla de que era um erro exportar *commodities*, por estes produtos serem muito básicos. Para o grande agrojornalista, quem falava isso desconhecia a tecnologia de ponta empregada nas fazendas, usinas e agroindústrias. Que o digam as sementes, pequeninas como um microprocessador de computador e com um conteúdo tecnológico elevadíssimo como qualquer *chip*. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Um marco na agricultura paulista e brasileira



Mônika Bergamaschi*

AO COMPLETAR 126 anos, o Instituto Agronômico, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, reafirma sua posição de vanguarda e pioneirismo. Fundado em 1887 por D. Pedro II, como Imperial Estação Agronômica de Campinas, o IAC nasceu antes mesmo do que a própria Secretaria. Este baluarte da pesquisa agrícola brasileira é um dos pilares da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, a APTA, uma das maiores instituições públicas de pesquisa do País, com relevante contribuição na geração de ciência e transferência de tecnologia para o setor agropecuário.

Dados do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária, o CONSEPA, que reúne dezoito organizações estaduais de pesquisa do País, revelam que, dos cerca de 2.000 projetos de pesquisa em andamento, 1.535 são da APTA.

Todo esse esforço e empenho são materializados e entregues ao setor produtivo em forma de publicações, dias de campo, treinamentos, sementes, mudas e borbulhas. São mais de noventa espécies, como: café Arábica, algodão herbáceo, feijão carioca, arroz de sequeiro e irrigado, milho, cana-de-açúcar, batata, mandioca, soja, seringueira, mamona, os citros, os capins, as frutas de clima temperado e tropical, as hortaliças, as flores, as plantas aromáticas, fitoterápicas, medicinais e os adubos verdes, para citar alguns.

Nos últimos oitenta anos, entre 1932 e 2012, o IAC disponibilizou, em média, 12 cultivares por ano. Na última década, a produção foi ainda mais intensa, com média de 18,5 novas cultivares registradas por ano, sendo que, somente em 2012, foram 31. Nenhuma outra empresa de pesquisa pública estadual ou federal chegou perto dessa façanha: uma nova cultivar a cada vinte dias!

As pesquisas com o melhoramento genético do feijoeiro começaram em 1932, com a avaliação da capacidade produtiva da espécie, do porte das plantas e da resistência às doenças. Na sequência, veio a busca por novas linhagens. Em 1970, pesquisadores identificaram uma planta de maior capacidade produtiva, com grãos de cor creme com listras marrons, e o proprietário da fazenda a chamava de "carioquinha", comparando-a a uma raça de suínos que também tinha listras pelo corpo. Após vários experimentos, foi recomendada como cultivar em 71, com o nome de Carioquinha.

Trabalhos conjuntos com a CATI, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, também vinculada à SAA, demonstraram aos produtores as vantagens da descoberta. Houve uma revolução no comércio de feijão no País, pois a cultivar superou a tradição do consumo dos tipos rosinha, roxinho, manteiga e jalo. O carioquinha viabilizou o agronegócio feijão no Brasil e, mesmo depois de quarenta e três anos de seu lançamento, ainda é cultivado.

Mas o IAC continuou a busca por genótipos mais adaptados e, nos anos 80, lançou a cultivar IAC Carioca, com potencial produtivo ainda maior e resistente à antracnose – na época, a doença mais agressiva e mais disseminada nas principais regiões produtoras de feijão do Brasil.

Na década de 90, a cultivar IAC Carioca Aruã passou a ser a base genética de vários programas de melhoramento. Na virada do século, veio a IAC Carioca Eté. E a incessante busca por grãos maiores, mais claros, resistentes ao escurecimento, com maior quantidade de proteína, menor tempo de cozimento e melhor qualidade de caldo, fez com que, em 2008, surgisse a IAC Alvorada, considerada padrão de mercado para qualidade de grãos, com excelente produtividade e porte ereto, ideal para colheita mecanizada.

O que parecia bom, ficou ainda melhor. Para comemorar os seus 126 anos, o IAC presenteia a agricultura brasileira com a cultivar IAC Milênio, a número 1000! A nona geração do feijão carioca do IAC, resistente à antracnose e à murcha-de-fusarium, reúne inúmeras características desejadas por produtores e consumidores e chega como uma grande promessa para o setor produtivo.

Uma instituição de pesquisa com esse DNA engrandece São Paulo e o Brasil. O lançamento da cultivar 1000 é um marco histórico na vitoriosa trajetória de sucesso do IAC e da agricultura paulista e, além de merecer todas as reverências, renova as esperanças de que o melhor ainda está por vir. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em junho de 2013 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	350.000	500.000	380.000	490.000
Massey Fergusson	MF 9690	530.000	650.000	555.000	700.000
New Holland	CR 9060	769.000	793.978	825.000	906.000
New Holland	CS 660	547.000	572.000	680.000	700.000
New Holland	TC 5090	517.000	447.312	515.000	600.000
New Holland	TC 5070	362.000	395.200	443.000	560.000
Valtra	BC 6500	700.000	700.000	810.000	720.000
Valtra	BC 7500	750.000	780.000	880.000	855.000
Valtra	BC 4500	490.000	420.000	580.000	470.000
John Deere	1175 HY	445.000	505.000	470.000	450.000
John Deere	9470	535.000	655.000	700.000	615.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em junho de 2013 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	105.000	135.000	118.000	123.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	155.000	176.000	145.000	148.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	201.000	190.000	215.000	240.000
New Holland	TM 7020	174.000	170.000	160.000	208.000
New Holland	TM 7040	195.000	196.000	185.000	220.000
New Holland	T 7245	243.000	250.000	268.000	310.000
Valtra	BM 125-4	121.000	130.000	137.000	145.000
Valtra	BH 185-4	188.000	205.000	208.000	220.000
Valtra	BH 205-4	205.000	224.000	219.600	230.000
John Deere	7210	275.000	306.000	306.000	310.000
John Deere	8335	375.000	660.000	560.000	520.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de grades niveladoras em junho de 2013 (R$/unidade)

MODELO	MARCA	NÚMERO DE DISCOS	POTÊNCIA (CV)	LARGURA DE TRABALHO	PREÇO (R$)
NV - 32	Baldan	32	83-89	2,7	9.350
NV - 40	Baldan	40	104-112	3,4	10.700
NVCR - 36	Baldan	36	75-85	3,0	16.100
NVCR - 48	Baldan	48	110-118	4,1	19.500
GN - 32	TATU	32	80-90	2,9	7.500
GNCR - 36	TATU	36	97-105	3,3	14.500
GN - 40	TATU	40	97-105	3,7	14.700
Flutuante GNF - 32	TATU	32	80-90	2,9	9.880
Flutuante GNF - 36	TATU	36	80-90	3,3	14.200
Flutuante GNF - 40	TATU	40	97-105	3,7	14.900
GNFM - 36	TATU	36	80-90	3,3	17.690
GND	TATU	44	116-120	4,1	27.033
GNDH	TATU	44	116-120	4,1	29.900

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um agricultor que queira, em junho de 2013, comprar uma grade niveladora GNDH, com 44 discos e largura de trabalho de 4,1 metros, da Tatu, cujo preço é R$ 29.900,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 5.980,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para outubro de 2013). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2012/2013). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 33.777,54 pelo implemento.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/10/13	R$ 23.920,00	R$ 2.392,00	R$ 758,86	R$ 3.150,86	1
01/04/14	R$ 21.528,00	R$ 2.392,00	R$ 782,30	R$ 3.174,30	2
01/10/14	R$ 19.136,00	R$ 2.392,00	R$ 519,20	R$ 2.911,20	3
01/04/15	R$ 16.744,00	R$ 2.392,00	R$ 454,30	R$ 2.846,30	4
01/10/15	R$ 14.352,00	R$ 2.392,00	R$ 389,40	R$ 2.781,40	5
01/04/16	R$ 11.960,00	R$ 2.392,00	R$ 324,50	R$ 2.716,50	6
01/10/16	R$ 9.568,00	R$ 2.392,00	R$ 259,60	R$ 2.651,60	7
01/04/17	R$ 7.176,00	R$ 2.392,00	R$ 194,70	R$ 2.586,70	8
01/10/17	R$ 4.784,00	R$ 2.392,00	R$ 129,80	R$ 2.521,80	9
01/04/18	R$ 2.392,00	R$ 2.392,00	R$ 64,90	R$ 2.456,90	10
Total		23.920,00	3.877,54	27.797,54	-
Total pago: R$ 5.980,00 (entrada) + R$ 27.797,54 (financiamento) = R$ 33.777,54					

Produção agrícola brasileira

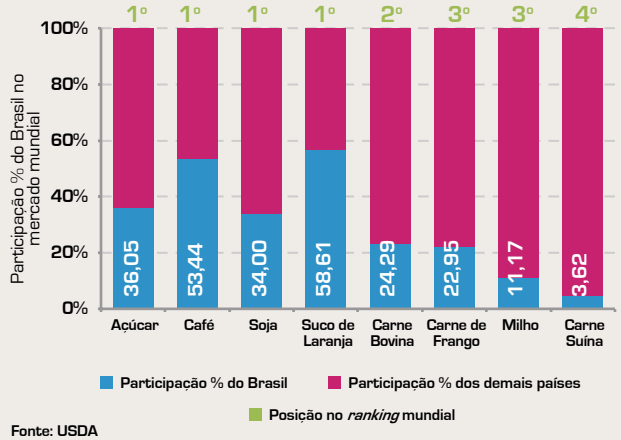
Sétimo levantamento da safra de grãos 2012/13 (mil toneladas)

Produção	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12 Previsão (A)	2012/13 Estimativa (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.018,6	1.997,0	- 33,8
AMENDOIM TOTAL	300,6	226,0	226,5	294,7	329,9	11,9
AMENDOIM 1ª SAFRA	246,1	191,9	199,2	274,6	306,1	11,5
AMENDOIM 2ª SAFRA	54,5	34,1	27,3	20,1	23,8	18,4
ARROZ	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.599,5	11.924,2	2,8
AVEIA	232,2	244,1	379,0	353,5	360,7	2,0
CANOLA	0,0	42,2	69,7	52,0	60,5	16,3
CENTEIO	6,1	4,8	3,2	3,5	3,7	5,7
CEVADA	237,0	201,4	283,9	305,1	287,2	- 5,9
FEIJÃO TOTAL	3.490,6	3.322,5	3.732,8	2.918,5	2.840,3	- 2,7
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.235,6	957,1	- 22,5
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.371,6	1.022,8	1.325,1	1.063,9	1.189,2	11,8
FEIJÃO 3ª SAFRA	774,5	836,6	727,4	619,0	694,0	12,1
GIRASSOL	109,4	80,6	83,1	116,4	110,4	-5,2
MAMONA	92,5	100,6	141,3	24,8	16,7	- 32,7
MILHO TOTAL	51.003,9	56.018,0	57.407,0	72.979,8	78.468,1	7,5
MILHO 1ª SAFRA	33.654,9	34.079,2	34.946,7	33.867,1	34.845,6	2,9
MILHO 2ª SAFRA	17.349,0	21.938,8	22.460,3	39.112,7	43.622,5	11,5
SOJA	57.165,5	68.688,2	75.324,3	66.383,0	81.281,4	22,4
SORGO	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.221,9	2.127,6	- 4,2
TRIGO	5.884,0	5.026,2	5.881,6	5.788,6	4.379,5	- 24,3
TRITICALE	184,7	172,1	114,9	112,2	116,9	4,2
BRASIL	135.134,5	149.254,9	162.803,0	166.172,1	184.304,1	10,9

Fonte: Conab
(A) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (B) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

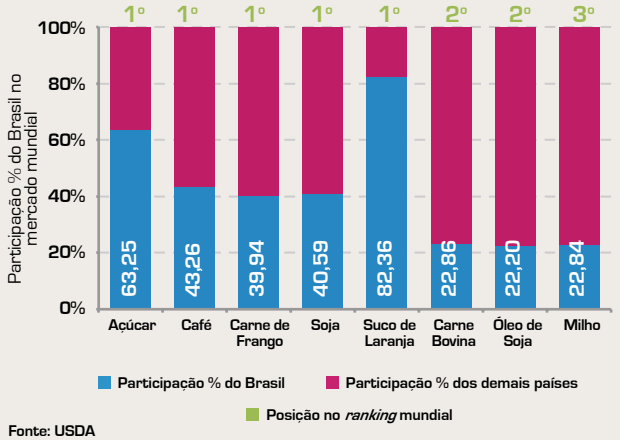
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2012/13



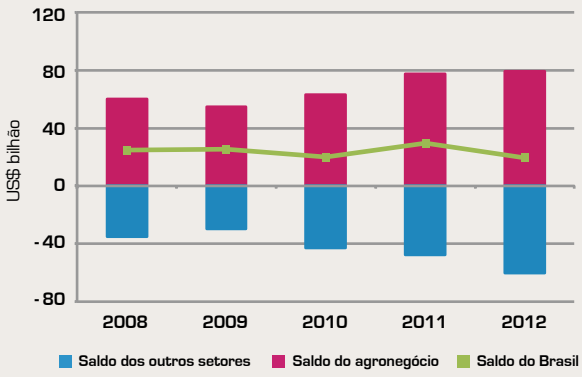
Fonte: USDA

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2012/13



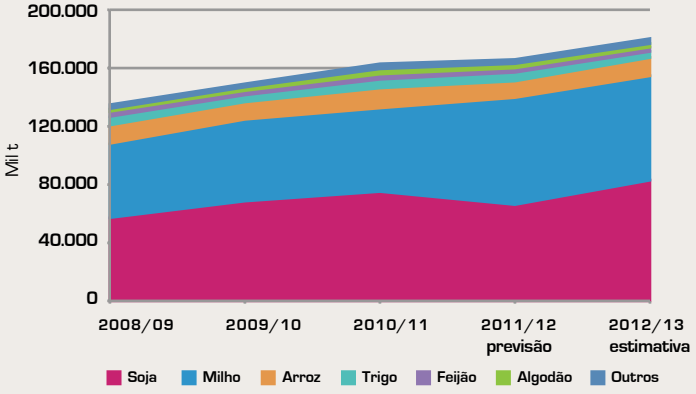
Fonte: USDA

Brasil: Evolução do saldo da balança comercial



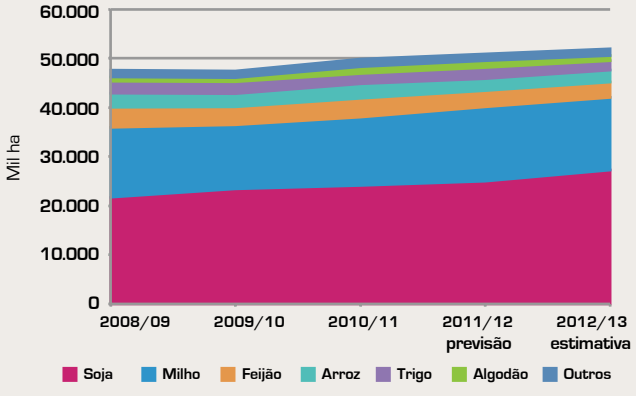
Fonte: SECEX

Brasil: Produção de grãos, por produto



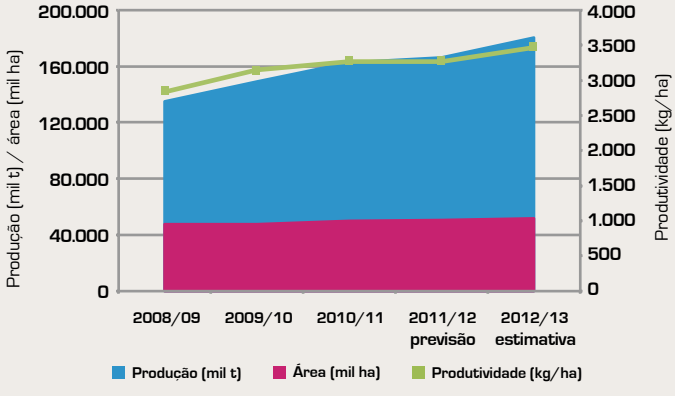
Fonte: Conab

Brasil: Área plantada com grãos, por produto



Fonte: Conab

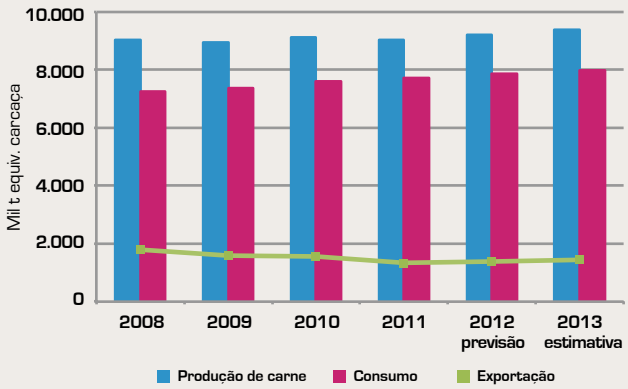
Brasil: Área plantada com grãos, produção e produtividade



Fonte: Conab

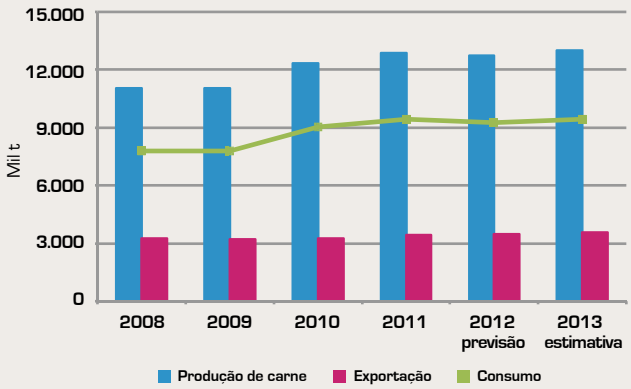
Produção agropecuária brasileira

Brasil: Produção de bovinos



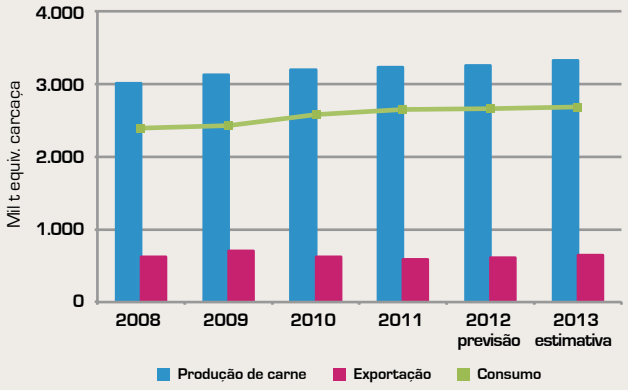
Fonte: USDA

Brasil: Produção de aves



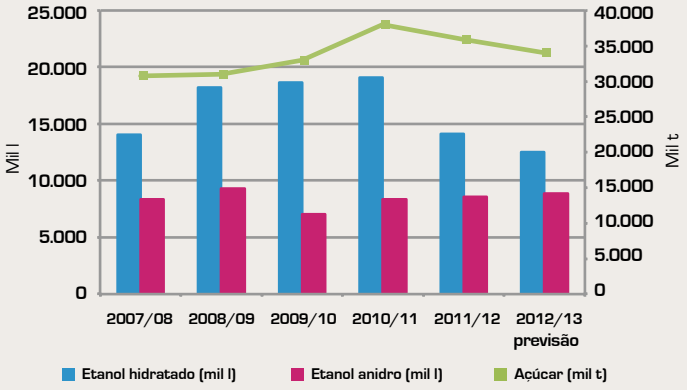
Fonte: USDA

Brasil: Produção de suínos



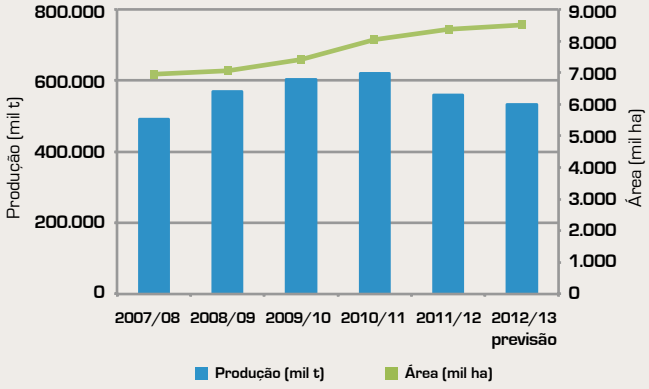
Fonte: USDA

Brasil: Produção de açúcar e etanol



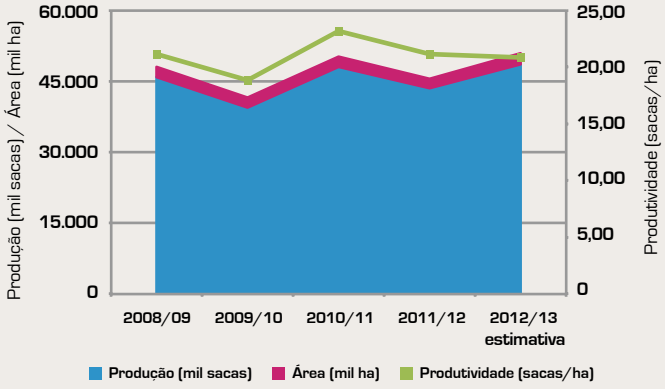
Fonte: UNICA

Brasil: Área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: UNICA; Conab

Brasil: Área plantada com café, produção e produtividade



Fonte: Conab